

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**A crítica da heterossexualidade como desejo
latente do movimento LGBTQ+ português
O caso da Marcha do Orgulho do Porto**

Leonardo Gabriel

M

2025



Leonardo Gabriel

**A crítica da heterossexualidade como desejo
latente do movimento LGBTQ+ português
O caso da Marcha do Orgulho do Porto**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor
Doutor João Teixeira Lopes.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2025

Leonardo Gabriel

**A crítica da heterossexualidade como desejo
latente do movimento LGBTQ+ português
O caso da Marcha do Orgulho do Porto**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor
Doutor João Teixeira Lopes

Membros do Júri

Professor/a Doutor/a (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor/a Doutor/a (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor/a Doutor/a (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Índice

Declaração de honra.....	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução.....	8
Revisão da literatura: a heterossexualidade na relação de dissociação-valor.....	11
Questão de investigação e objetivos.....	18
Plano metodológico e a análise de discurso.....	20
A grelha de análise como mapa de tensões.....	21
Técnicas de recolha de dados.....	23
Análise e discussão dos resultados.....	27
Os discursos dos ativistas.....	27
Os discursos institucionais da COMOP.....	34
Ativistas e COMOP: um confronto em torno da heterossexualidade.....	41
Conclusões.....	48
O sujeito moderno como heterossexual.....	51
Reflexões do investigador.....	60
Referências bibliográficas.....	65
Anexos.....	69

Declaração de honra

Declaro que a/o presente dissertação/relatório de estágio curricular é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) do presente relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

Porto, 29 de setembro de 2025

Leonardo Gabriel

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), que foi a minha segunda casa durante anos de formação, e ao corpo docente do Departamento de Sociologia, que contribuiu de forma fundamental para as bases formativas que me permitiram concluir mais esta etapa do meu percurso. Mais do que isso, cada docente, à sua maneira, foi uma boa companhia ao longo destes anos.

O meu agradecimento especial é dedicado ao Professor Doutor João Teixeira Lopes, que foi sempre acessível e encorajador.

Agradeço também a André Dallálio, amigo essencial nesta longa jornada da Licenciatura em Sociologia ao Mestrado. Juntos, trocamos ideias, frustrações e cuidados.

Agradeço aos meus pais, a Dalila e o Eduardo, que quiseram e permitiram que eu me dedicasse aos estudos e foram sempre o meu porto seguro.

Ao meu irmão, o Caio, que me fez criar gosto por essas coisas mais intelectuais.

Agradeço à Maria, que me deu asas de borboleta para voar. Sem ela, eu seria, hoje, menos de mim mesmo.

Agradeço à Joana, à Carol e ao Liz, que sempre estiveram lá.

E agradeço a Eros Karelia, que me dá felicidade, empolgação e conforto todos os dias, que me inspira a *fazer*, que sempre me ensina tanto e que sempre diz que eu sei tanto.

Resumo

Esta tese de mestrado em Sociologia investiga as aproximações discursivas do movimento LGBTQ+ português à crítica da heterossexualidade, entendida não como mera “orientação sexual”, mas como regime político. A hipótese central é a de que tal crítica se encontra presente nos discursos do movimento, ainda que de modo latente ou implícito. O estudo concentra-se no Porto, com foco na Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBTQ+ do Porto (COMOP), associação responsável pela Marcha do Orgulho LGBTQ+ da cidade e polo agregador do ativismo local. A análise articula o discurso institucional da associação com as vozes individuais de ativistas, recolhidas por meio de entrevistas qualitativas, permitindo compreender as tensões entre o representante e o representado. O enquadramento teórico conjuga a crítica de Mario Mieli, reinterpretada à luz da teoria da dissociação-valor de Roswitha Scholz e Robert Kurz, situando a heterossexualidade no contexto da constituição do sujeito moderno capitalista. A metodologia assenta na análise de discurso de entrevistas e de comunicações institucionais *online*. Os resultados evidenciam que, embora a crítica à heterossexualidade não se manifeste de forma direta nos discursos oficiais, ela emerge nos relatos dos ativistas em gestos fragmentários e questionamentos ontológicos, frequentemente tensionados por adquiridos pessoais. O estudo contribui para a reflexão sobre o ativismo LGBTQ+ em Portugal, resgatando dimensões radicais historicamente esquecidas e oferecendo instrumentos críticos para compreender tanto a persistência do regime heterossexual quanto os modos de luta que dele se desprendem.

Palavras-chave: ativismo LGBTQ; queer; heteronormatividade; crítica do valor; Portugal.

Abstract

This Master's thesis in Sociology investigates the discursive approaches of the Portuguese LGBT+ movement to the critique of heterosexuality, understood not as a mere "sexual orientation" but as a political regime. The central hypothesis is that such critique is present within the movement's discourses, albeit in a latent or implicit form. The study focuses on Porto, particularly on the Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBTI+ do Porto (COMOP), the organization responsible for the city's Pride March and a key hub of local activism. The analysis articulates the institutional discourse of the organization with the individual voices of activists, collected through qualitative interviews, allowing for an exploration of the tensions between representative and representation. The theoretical framework combines Mario Mieli's critique, reinterpreted through Roswitha Scholz's and Robert Kurz's theory of value-dissociation, situating heterosexuality within the broader context of the constitution of the modern capitalist subject. Methodologically, the study employs discourse analysis of interviews and institutional online communications. Findings show that, although a critique of heterosexuality does not manifest directly in official discourses, it emerges in activists' accounts through fragmentary gestures and ontological questioning, often strained by personal experiences. The study contributes to reflections on LGBT+ activism in Portugal, recovering historically forgotten radical dimensions and offering critical tools to understand both the persistence of the heterosexual regime and the forms of struggle that arise from it.

Keywords: LGBT activism; queer; heteronormativity; value criticism; Portugal.

Introdução

Nesta investigação, propõe-se analisar as aproximações discursivas do movimento LGBTQ+ português à crítica da heterossexualidade, assumida não como mera “orientação sexual”, mas como um regime sociopolítico estruturante, historicamente situado e inerentemente hostil às pessoas LGBTQ+. Diferenciando-se das conceções correntes, que tendem a reduzir a heterossexualidade a uma categoria neutra em si – e a tratar a LGBTQfobia como problema isolado e episódico –, esta tese pretende compreender a heterossexualidade enquanto forma social fundamental, que molda a(s) subjetividade(s), produz discursos e define relações de dominação. A hipótese central da investigação é de que a crítica a essa heterossexualidade está presente nos discursos do movimento, ainda que de forma latente ou implícita, manifestando-se de maneira fragmentária, por vezes hesitante, mas não menos significativa para o entendimento do ativismo LGBTQ+ contemporâneo.

O recorte desta pesquisa concentra-se no Porto, com foco particular na COMOP, a associação que centraliza a organização da Marcha do Orgulho LGBTQ+ da cidade e atua como polo agregador do movimento local. A escolha da COMOP como objeto privilegiado permite analisar simultaneamente as dimensões institucionalizadas e individuais do ativismo: por um lado, o discurso oficial, público e mediático da organização, que procura legitimar a presença LGBTQ+ no espaço urbano e social; por outro, as experiências subjetivas dos ativistas, captadas por entrevistas qualitativas, que muitas vezes revelam tensões, inquietações e críticas não subsumíveis na linguagem institucional. Esse enfoque permite perceber como a institucionalização pode absorver ou neutralizar gestos críticos, e, inversamente, como a ação individual dos ativistas pode desafiar e deslocar o que a organização consagra.

A escolha da COMOP também se justifica historicamente: o movimento associativo LGBTQ+ português consolidou-se tardiamente (Cascais, 2006), em comparação com outros países, particularmente nos contextos norte-americano e europeu – à luz, por exemplo, dos eventos de Maio de 1968 e da Rebelião de Stonewall, em 1969. Em Portugal, a condição semiperiférica e a frágil receção de

teorias radicais sobre sexualidade e gênero contribuíram para um atraso relativo na constituição de movimentos mais politizados e teórica e radicalmente articulados (ibid.). É nesse contexto que a obra de Mario Mieli (2018) adquire relevância: embora praticamente desconhecida em Portugal desde a época em que viveu, e tendo recebido uma escassíssima receção nos anos do pós-25 de Abril (Cascais, 2018), Mieli, sobre bases freudo-marxistas, oferece uma reflexão crítica sobre a heterossexualidade que ultrapassa a denúncia simplista da LGBTfobia, articulando-a à constituição do sujeito adulto e à repressão de uma polimorfia sexual originária. Assim, o estudo procura resgatar e reinterpretar essa radicalidade, situada entre psicanálise e política, oferecendo novas ferramentas teóricas para compreender o ativismo LGBT+ português contemporâneo.

O enquadramento teórico da investigação articula a crítica mieliana com a tradição da crítica da dissociação-valor, destacando contribuições de Robert Kurz e Roswitha Scholz, que permitem situar a heterossexualidade no contexto da sociedade capitalista moderna. A heterossexualidade, nesse quadro, emerge vinculada ao fetichismo social e à constituição do sujeito da modernidade, cuja coerção não se dá apenas de forma direta, mas através de mecanismos impessoais de auto-subjugação. Monique Wittig (1980) oferece um complemento indispensável, ao identificar a heterossexualidade como regime político que sustenta a dominação masculina, naturalizando a diferença sexual como fundamento da própria organização social. A intersecção dessas perspetivas – freudo-marxista, crítica da dissociação-valor e feminista – permite compreender os discursos do movimento LGBT+ português como simultaneamente reativos e criativos, confrontando estruturas históricas, institucionais e subjetivas que definem quem pode existir e sob quais condições.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa centrada na análise de discurso. Por um lado, entrevistas com ativistas que participam da organização da Marcha do Orgulho LGBTI+ do Porto permitem apreender experiências individuais, vivências e representações de atores situados no espaço social, revelando modos de resistência, frustrações e estratégias de confrontação. Por outro, a pesquisa documental das publicações da Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBTI+

do Porto, a COMOP, no Instagram, oferece acesso ao discurso institucionalizado, à linguagem simbólica da visibilidade e à narrativa de legitimidade construída publicamente. A articulação entre essas duas frentes permite compreender não apenas o conteúdo explícito das enunciações, mas também o que é implícito, silenciado ou deslocado: o movimento LGBT+ como espaço de tensões entre crítica radical e necessidade de reconhecimento social.

O trabalho pretende, portanto, oferecer uma releitura da heterossexualidade e do ativismo LGBT+ português, em particular o portuense, situando a discussão em níveis múltiplos: o individual, o institucional e o social. A heterossexualidade deixa de ser apenas orientação, tornando-se regime estruturante, lente analítica para compreender relações de dominação, práticas institucionais e subjetividade. O movimento, por sua vez, como objeto de estudo, é a arena onde essas tensões se manifestam, experimentam-se e problematizam-se, constituindo-se como espaço de produção discursiva e política, ainda que permeado por limitações e paradoxos.

Esta investigação busca contribuir para debates teóricos e metodológicos em sociologia, estudos de gênero e sexualidade, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a constituição do sujeito, o papel da heterossexualidade na sociedade capitalista e as formas de luta que emergem no ativismo LGBT+. Ao resgatar Mieli, articular Scholz e Kurz e relacionar essas análises à realidade portuguesa, o estudo pretende preencher lacunas no conhecimento académico, ao mesmo tempo em que fornece um olhar sobre potenciais estratégias de militância. Em um momento em que se observam ofensivas anti-LGBT+ e discursos conservadores, esta pesquisa pretende afirmar a crítica sobre a mera descrição, propondo reflexões que ultrapassam a lógica de documentação, alcançando uma compreensão totalizante de processos sociais, subjetivos e institucionais que estruturam o quotidiano LGBT+.

Revisão da literatura: a heterossexualidade na relação de dissociação-valor

Assume-se como hipótese principal, na presente investigação, que há, no discurso do do movimento LGBTQ+, uma crítica latente à heterossexualidade. Tal hipótese tem como fundamento teórico a tese mieliana segundo a qual há uma relação antitética entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Segundo Mieli (2018, p. 56), a heterossexualidade “não pode ser considerada «normal» se a homossexualidade não for julgada uma «perversão»”. Para ele, mais do que negar a “heteronormatividade”, a questão é fazê-lo com a própria heterossexualidade, que “assenta na repressão das demais tendências do Eros” (Cascais, p. 76). Isto contraria as concepções convencionistas, muito presentes no(s) discurso(s) LGBTQ+ corrente(s), segundo as quais as diversas expressões da sexualidade humana, separadas entre si em categorias estanques (“heterossexual”, “homossexual”, “bissexual” etc., isto é, as chamadas “orientações sexuais”) e entendidas como dados naturais (por vezes, na companhia, mesmo, de um argumentário biológico), podem coexistir “pacificamente” enquanto tais, ou seja, sem a implicação de relações de dominação. Para ele, a hipostasia de tais categorias é a expressão de um “Eros mutilado”, cuja forma dominante, “normal”, é a heterossexualidade (Mieli, 2018, p. 57).

Aqui, é evidente o confronto com o movimento homófilo, assimilacionista e “normalizador” da homossexualidade, que antecedeu o Maio de 1968 e Rebelião de Stonewall de 1969 e o movimento homossexual revolucionário que se constituiu a partir destes eventos, em que Mieli se insere (Prearo, 2018): a tentativa de tornar a homossexualidade “normal”, além de infrutífera – o paradigma da “tolerância”, denuncia Mieli, jamais colocaria em causa a marginalização dos homossexuais – esvaziava o seu potencial disruptivo da Norma (hetero)sexual (edu)castradora da perversidade polimórfica freudiana, concepção que Mieli resgata, revisando-a criticamente e reintroduzindo-a em novos termos através do conceito de “transexualidade”, emprestado do filósofo Luciano Parinetto (Cascais, 2018; Dean, 2018). A “transexualidade” aqui, como sublinha Dean (2018), carrega um significado

diferente daquele que é usado na contemporaneidade, no contexto dos debates trans. Embora o autor (ibid., p. xii) assinale que a transexualidade mieliana “tem mais que ver com o desejo erótico do que com a apresentação ou performance de gênero”, argumentamos que, em Mieli, estes dois aspectos não podem ser assim contrapostos. Para ele, a heterossexualidade “envolve a projeção do sexo oposto que está latente dentro de nós sobre pessoas do sexo «oposto». Ela é determinada pela repressão tanto da transexualidade, ou do hermafroditismo mental original, quanto das chamadas tendências «perversas», em particular a homossexualidade” (Mieli, 2018, p. 17). Com estas reflexões, Mieli – à sua maneira muito própria, e da perspectiva gay – acaba por embarcar no projeto dessencializador do gênero que ocupou autoras do feminismo radical e lésbico de sua época. De fato, por via da psicanálise, o teórico gay italiano conclui o mesmo que a teórica lésbica francesa, Monique Wittig: a reprodução do gênero e a reprodução da sexualidade se dão no mesmo processo – no caso do primeiro, a explicação reside na triangulação edipiana, que leva a criança a se identificar ora com o pai, ora com a mãe, reprimindo ora a “feminilidade”, ora a “masculinidade”, respectivamente, de seu ser polimorfo originário – em todo caso, aceitando o contrato heterossexual, que para os dois autores é uma instituição patriarcal. A transexualidade mieliana – sobre a qual a homossexualidade gay, enquanto contradição à natureza ideologizada do homem-heterossexual, lança um lampejo –, portanto, é a “a negação da polaridade entre os sexos e a realização utópica (no sentido revolucionário de utopia-eutopia) do novo homem-mulher ou, muito mais provavelmente, mulher-homem” (Mieli, 2018, p. 254).

Ademais, Mieli partilha com autoras do feminismo de segunda onda – e, de resto, com outros autores do movimento LGBTQ+, como Guy Hocquenghem – a sua adesão ao freudo-marxismo, muito influente na emergência e desenvolvimento dos novos movimentos sociais entre os anos 60 e 70. Tal adesão, que exprime uma demarcação do marxismo tradicional – e de que “[o] associativismo e algum pensamento LGBTQ que atualmente mais se reivindica da herança marxista é, na realidade, devedor” (Cascais, 2018, p. 81) –, representou um certo deslocamento da luta de classes sociologicamente reduzida para as questões da subjetividade,

mediado pela teoria psicanalítica. Este deslocamento parte de uma necessidade muito concreta: os homossexuais organicamente ligados aos movimentos de libertação sexual que se reivindicavam revolucionários de esquerda se viram confrontados com uma esquerda revolucionária que os rejeitava e hostilizava enquanto exaltava a figura “viril” do proletário – uma atitude anti-LGBT+, aliás, que foi comum à esquerda portuguesa durante a sua oposição à ditadura do Estado Novo, e mesmo, de algum modo, nos anos imediatamente posteriores ao 25 de Abril (Cascais, 2006).

É precisamente o “marxismo tradicional”, aquele de que Mieli e outros nomes do movimento LGBT+ e feminista se demarcam – no caso do primeiro, isto pode ser verificado não só plano teórico-abstrato, mas também em sua denúncia e rejeição do “socialismo real” e do Partido Comunista Italiano (Bernini, 2014), bem como dos grupos da “esquerda extraparlamentar” que pipocaram na década 1960, vistos como um “refluxo do refluxo” (Fallisi, 1976, apud Mieli, 2018, p. 172) do movimento comunista oficial, derrotado, segundo a concepção da Esquerda Comunista¹, da qual o nosso teórico se aproxima, pela contrarrevolução stalinista dos anos 20 –, um dos objetos centrais da crítica da tradição teórica da Crítica do Valor, que surge “entre finais da década de 1970 e meados da década de 1980 nos EUA, em França e, com especial incidência, na Alemanha” e cujo “acento tónico” é a “dominação impessoal – historicamente específica – do valor como forma de riqueza e de mediação social alienada constituída pelo trabalho abstrato e constitutiva das relações sociais essenciais, da subjetividade e da razão hodiernas” (Machado, 2020, p. 5). Neste empreendimento, foram decisivos o reconhecimento, na obra marxiana, de um “duplo Marx” e a oposição do “Marx esotérico” (ou “negativo”), “o descobridor do fetichismo social e crítico radical do «trabalho abstracto» e respectiva ética repressiva, que caracterizam o moderno sistema produtor de mercadorias”, ao “Marx exotérico” (ou “positivo”), “o descendente e dissidente do liberalismo, o político socialista do seu

¹ Embora isto seja pouco abordado nos trabalhos que discutem a obra de Mario Mieli, é evidente em seu *Elementi di critica omosessuale* que esta foi fortemente influenciada pelas concepções teórico-políticas da Esquerda Comunista Italiana. Note-se que Mieli (2018) correspondeu com Jacques Camatte, pensador francês – ex-membro do Partido Comunista Internacional e editor da revista *Invariance* – próximo das posições de Amadeo Bordiga, fundador do Partido Comunista da Itália (PCd’I) e um dos principais representantes da corrente comunista de esquerda na Itália.

tempo e mentor do movimento operário, que nunca quis outra coisa senão direitos de cidadania e um «salário justo para uma jornada de trabalho justa», que “parece adotar uma perspectiva ontológica do trabalho com a correspondente ética protestante, reivindicar a «mais-valia não paga» e querer substituir a «propriedade privada dos meios de produção» (jurídica) pela propriedade estatal” (Kurz, 1998, s.p.). Kurz explica assim a diferenciação entre o primeiro Marx, “obscuro e pouco conhecido”, que a Crítica do Valor propõe recuperar, e o segundo Marx, o do marxismo tradicional ligado ao movimento operário, “universalmente conhecido” (ibid., s.p.):

[...] Marx oscila permanentemente, em parte na sua maneira de se expressar e em parte também na sua argumentação, entre uma crítica categórica fundamental, por um lado, e uma exposição “positivista” (ou que pode ser lida como tal), por outro, chegando mesmo a ser claramente contraditório no tocante a muitos dos seus conceitos e argumentações centrais. Nesse sentido, tem de se falar do “duplo Marx”, e justamente no tocante a essa relação entre imanência positivista e transcendência categorial na sua elaboração teórica. Assim, temos ora um Marx “exotérico” (voltado para fora, de fácil recepção), ora um Marx “esotérico” (que pensa categoricamente, de difícil acesso). O Marx exotérico é o teórico voltado positivamente para o desenvolvimento imanente do capitalismo, enquanto o Marx esotérico é o teórico voltado para a crítica categórica do capitalismo. (Kurz, 2000, s.p.)

Para Kurz (2000, s.p.), o conceito central do “Marx esotérico” é o de fetichismo, em que Marx “mostra [...] que a aparente racionalidade da modernidade capitalista só representa de certo modo a racionalidade interna de um sistema alucinado objectivado: uma espécie de crença secularizada em demónios, que se manifesta nas abstracções tornadas tangíveis do sistema produtor de mercadorias”. Esta “autonomização da chamada economia, na fetichização do trabalho, do valor e do dinheiro” (ibid.) se traduz em que o conjunto da sociabilidade humana seja submetida à dominação impessoal das categorias fetichistas mediadas pelo valor. Deste modo, o fetiche, coloca (Kurz, 2006, p. 11), “por um lado, é algo produzido pelos próprios seres

humanos mas que, por outro lado, não se manifesta como tal, senão como causa exterior de uma «constituição do mundo» objectiva”. Esta elaboração permite pensar uma “dominação sem sujeito” (Kurz, 1993) para além das “relações de vontade” implicadas na ideia subjetivista de dominação que caracterizou o marxismo tradicional. Nisto, foi essencial a atenção teórica dada à constituição do sujeito da Modernidade – isto é, do valor, do trabalho, da mercadoria, do dinheiro, do Estado, como categorias fetichistas ontologizadas capitalistas –, que ultrapassa, do ponto de vista analítico, o sociologismo das classes – à semelhança de Mieli, que o faz na esteira do freudo-marxismo, assim como outras autoras e autores dos movimentos feminista e LGBT+ –, com referência ao conceito de relações de fetiche.

Entretanto, no seio da Crítica do Valor, especificamente do grupo alemão Krisis, emerge a teoria da dissociação, que coloca em causa o universalismo androcêntrico da elaboração teórica daquela, ao desvendar o “Sexo do Capitalismo” (Scholz, 2011). Roswitha Scholz aponta que a crítica do valor até então levada a cabo ofuscava a determinação sexual do trabalho abstrato, enquanto substância do capital², encarando a relação de gênero, no máximo, sob uma incorreta lógica de derivação. Aqui, pelo contrário, como coloca Kurz (2006, p. 12-13),

a relação entre sexos como relação de dissociação foi retirada da subordinação androcêntrica e de lógica de derivação ao valor como relação de fetiche universalista, e elevada ao mesmo nível de abstracção que o valor, elaboração teórica da qual resulta um novo entendimento da sociedade moderna, como totalidade intrinsecamente fragmentada, em vez de coerente.

Scholz (2011, s.p.), pontua que “[o] conjunto do relacionamento social no capitalismo [...] não se determina somente pelo automovimento fetichista do dinheiro e pelo carácter de fim-em-si do trabalho abstracto”, e, pelo contrário, implica “tarefas que habitualmente são atribuídas às mulheres (mesmo tendo elas actividade remunerada) e não podem ser, pelo menos exclusivamente, «tratadas» de modo

² Para uma exposição detalhada sobre o trabalho abstrato como criador de valor e “substância do capital”, vide Kurz (2004a).

profissional” (ibid.) – dissociadas, portanto, da esfera do valor: “verifica-se uma «dissociação» específica de género que é dialecticamente mediada com o valor” (ibid.) e não pode, por isso, ser entendida como um “subsistema” deste – o dissociado é tão “essencial e constitutivo da relação social total” (ibid.) no capitalismo quanto o valor. Isto permite definir o sujeito da Modernidade, constituído no trabalho, como estruturalmente masculino: para Scholz, “O Valor é o Homem” (1996). Neste patriarcado produtor de mercadorias, assim, o ódio às mulheres (e, num sentido mais amplo, pode-se dizer, à “feminilidade”) se explica pela pertença estrutural destas à esfera que “lembra constantemente ao autocrático sujeito da concorrência que existe algo no mundo que se subtrai à pretensão totalitária do fim em si capitalista” (Kurz, 2009).

Estas formulações, que se desenvolvem em uma assim chamada crítica da dissociação-valor, reformulam basilarmente a crítica do valor truncada ao “reintegrar[em] novamente o conceito de relações de dominação no conceito de relações de fetiche, agora sob uma forma modificada (já não sociologicamente reduzida [às relações de vontade])” (Kurz, 2006, p. 13). Deste modo, é superado o objetivismo da crítica do valor segundo o qual o sujeito do valor era tido como uma mera “marionete” manipulada pelas relações de fetiche.

Pode-se inferir, a partir da denúncia da heterossexualidade, por Mieli, como um regime da supremacia masculina; da tese das feministas lésbicas, como Wittig, em que é através do regime heterossexual que as mulheres são submetidas à dominação patriarcal dos homens; bem como de comentários passageiros da própria Scholz (2010) acerca do carácter compulsório da heterossexualidade, ao discutir a teoria da dissociação, que a dissociação-valor, como “princípio social fundamental” (ibid., s.p.), se apresenta como um meio privilegiado de reinterpretação da obra mieliana, especificamente no que respeita ao carácter compulsório da heterossexualidade e a sua relação com a LGBTfobia, ao permitir entendê-los, sobretudo, como uma questão de constituição do sujeito moderno, enquanto “forma geral de pensar e agir da socialização do valor” (Kurz, 2003, p. 17), desde sempre acompanhada pela co-constituição negativa dos “não-sujeitos”, dissociados da esfera do valor, e pelas

relações de dominação implicadas neste processo. Esta inferência se torna ainda mais interessante se, em nossas tentativas de compreender analiticamente a ofensiva política anti-LGBT+ – e antifeminista – das últimas duas décadas, considerarmos a crise do valor, resultante da revolução tecnológica, como crise do sujeito (masculino) do capital, como o faz Kim Posster (2022).

Já a nossa caracterização do movimento LGBT+ português tem por base Cascais (2006), que faz uma exposição sócio-histórica da sua origem e desenvolvimento. Segundo o autor, o surgimento e consolidação atrasados do associativismo LGBT+ português – que “só a partir da segunda metade da década de 1990” se traduz “em organizações com representatividade no seio da própria comunidade, visibilidade social e mediática, credibilidade e capacidade de pressão sobre os organismos político-partidários e as instituições do Estado, e enfim, uma agenda política própria” (ibid., par. 29) –, em relação aos congêneres na Europa e na América do Norte, se explica pela condição semiperiférica de Portugal no sistema-mundo. Também nos é importante, tendo em vista as considerações aqui feitas acerca do valor, do trabalho e da masculinidade, a apreensão, por Cascais (ibid.), da atitude de enjeitamento da esquerda do Trabalho nacional, ligada ao marxismo tradicional, em relação ao movimento de libertação sexual.

Questão de investigação e objetivos

A presente tese de mestrado em Sociologia parte de uma questão central: compreender até que ponto os discursos do movimento LGBTQ+ português se aproximam de uma crítica à heterossexualidade, entendida não como mera orientação sexual entre outras, mas como regime estruturante, da sexualidade e da totalidade social. A hipótese que orienta o estudo é, portanto, a de que tal crítica está presente nos discursos do movimento, ainda que de forma latente, fragmentária ou implícita.

O recorte empírico da investigação concentra-se no movimento LGBTQ+ português, especificamente na Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBTQI+ do Porto (COMOP), organização que se configura como principal polo agregador do movimento LGBTQ+ na cidade do Porto, enquanto promotora da sua Marcha do Orgulho. Esta escolha parte do reconhecimento da COMOP como um ponto nodal no campo do ativismo LGBTQ+ português, onde convergem práticas, estratégias de visibilidade, mediação institucional e vozes individuais. A análise de seu discurso oficial, escrito e imagético, permite observar não apenas os contornos explícitos da política de inclusão, mas também os limites, as ausências e as sutilezas daquilo que não se diz – o espaço silencioso em que a crítica ao regime heterossexual, enquanto estrutura de poder, se insinua ou é contida. Ao mesmo tempo, a abordagem aos ativistas que operam ou operaram neste mesmo espaço possibilita apreender o cruzamento entre a dimensão institucional e a subjetividade individual, revelando como tensões, dissensos e deslocamentos percorrem o movimento.

Neste enquadramento, os objetivos da tese articulam-se a partir de múltiplas perspetivas: apreender os discursos do movimento LGBTQ+ português sobre a heterossexualidade, examinando o seu conteúdo crítico e analisando-os em suas formas implícitas e explícitas; confrontar os discursos individuais dos ativistas ligados à COMOP com o discurso institucional da organização, comparando-os no que respeita a uma aproximação crítica à heterossexualidade; situar as vozes dos ativistas em relação às suas diferentes disposições e inserções no espaço social; explorar a diversidade interna do movimento, revelando convergências, divergências e nuances que escapam

a leituras simplistas; verificar as aproximações dos discursos do movimento acerca da heterossexualidade ao universo teórico-conceptual específico que orienta a investigação; fazer uma caracterização do movimento à luz da problematização crítica da heterossexualidade. Mais do que um inventário de posições ou uma cartografia de opiniões, o estudo busca compreender o modo como o movimento se insere, responde e tensiona a ordem social heterossexual.

Plano metodológico e a análise de discurso

A investigação, ao interrogar as aproximações discursivas do movimento LGBTQ+ à crítica da heterossexualidade, em que a nuance é essencial, pelas dimensões teórico-abstrata e subjetiva aqui simultaneamente implicadas, requer uma metodologia capaz de dar conta das tensões, ambiguidades e implicitudes que permeiam as falas institucionais e ativistas. Neste sentido, foi adotada como abordagem metodológica deste trabalho a análise de discurso, privilegiando-se uma orientação qualitativa que permite aceder às camadas de sentido inscritas nas narrativas, formulações e disputas simbólicas que atravessam o movimento LGBTQ+ em Portugal, em particular nas articulações em torno da Marcha do Orgulho do Porto, assumida aqui como caso de estudo. Esta escolha responde ao objetivo de compreender não apenas os conteúdos explícitos dos enunciados, mas os modos pelos quais os sujeitos, ao falar, constroem realidades, posicionamentos e fronteiras de pertença. Como observa Azevedo (1998, p. 107), o “tronco comum” das diferentes tradições de análise de discurso reside na recusa da linguagem como meio transparente ou neutro de descrever o mundo social, assumindo-a antes como prática constitutiva da realidade. Considerando que “as pessoas utilizam activamente [sic] a linguagem na construção do significado da vida quotidiana” (ibid., p. 108), a análise de discurso se apresenta como um meio privilegiado de investigar as representações dos sujeitos sobre o seu mundo vivido, não se restringindo à dimensão semântica do que é dito e contemplando também as condições de produção, os efeitos de poder e os lugares de enunciação que conferem inteligibilidade aos discursos.

A grelha de análise concebida para este estudo, estruturada a partir da distinção entre a heterossexualidade enquanto orientação sexual e enquanto regime político, funciona como instrumento operativo que organiza a leitura do material empírico e pretende orientar uma interpretação atenta às ambiguidades e deslocamentos que atravessam tanto os discursos oficiais da COMOP como os testemunhos dos ativistas. Afinal, como avisa Foucault (2008, p. 61), “[o] discurso [...] não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que

conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo.”

É precisamente nesse movimento de aproximação e contraste que a análise de discurso revela a sua potência, permitindo captar como os diferentes atores elaboram, reforçam ou contestam narrativas sobre a heterossexualidade e sobre a luta política. Ao mobilizar a análise de discurso nesse enquadramento, a investigação afirma-se ancorada numa tradição que entende a linguagem como prática social (Fairclough, 1992), inseparável das relações de poder que a atravessam, e como espaço privilegiado de produção de subjetividades e identidades. Nas palavras de Hall (1990, p. 225, tradução nossa), “identidades são os nomes que damos às diferentes formas pelas quais somos posicionados pelas narrativas do passado e pelas quais nos posicionamos dentro delas.” Essa escolha metodológica permite, assim, explorar a complexidade dos discursos sobre a heterossexualidade, evitando reduções simplistas e enfatizando o caráter relacional, dinâmico e por vezes contraditório das representações que emergem no campo do ativismo LGBT+.

A grelha de análise como mapa de tensões

Com o fim de operacionalizar a análise dos discursos sobre a heterossexualidade, construiu-se uma grelha de análise (Anexo 1) capaz de captar as nuances, contradições e variações ideológicas que atravessam as falas oficiais e ativistas. A grelha de análise foi elaborada a partir de uma distinção fundamental entre dois modos de compreender a heterossexualidade: como mera orientação sexual, de caráter naturalizado e pretensamente neutro em si, e como regime político, necessariamente dotado de uma dimensão normativa que organiza as relações sociais. Essa distinção orienta a categorização dos materiais, permitindo classificar enunciados e compreender os modos pelos quais a heterossexualidade é legitimada, questionada ou rejeitada. Temos em conta, portanto, a concepção da Análise Crítica do Discurso segundo a qual o discurso “é uma prática não só de representar o mundo, mas

também de significar o mundo, constituindo-o e construindo-o em sentido” (Fairclough, 1992, p. 64, tradução nossa), com que Foucault (2008, p. 55), ainda antes, em seu *A Arqueologia do Saber*, corrobora, através da ideia de que os discursos devem ser entendidos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. A aplicação da grelha incidiu sobre os discursos da Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho (COMOP), coletados em publicações no Instagram, a rede social privilegiada pelo grupo para a sua publicitação, e sobre as entrevistas realizadas com ativistas que participam ou participaram diretamente da organização.

A grelha está estruturada em diferentes dimensões que, em conjunto, configuram um mapa de leitura das tensões presentes no campo discursivo. A *concepção da heterossexualidade* constitui o primeiro eixo, distinguindo os discursos que a tratam como simples orientação sexual daqueles que a problematizam enquanto regime normativo de poder. Em seguida, a *fonte do problema* emerge como critério analítico, contrastando a interpretação da LGBTfobia como anomalia social a ser corrigida com a leitura da própria heterossexualidade como raiz estrutural da marginalização. A dimensão das *soluções propostas* evidencia igualmente o contraste entre a via “reformadora”, ancorada na expansão de direitos e inclusão institucional, e a via crítica, que propõe uma transformação radical das estruturas que sustentam a supremacia heterossexual.

Os *conceitos-chave* mobilizados nos discursos constituem outro campo de análise, revelando diferentes orientações: termos como diversidade, respeito e inclusão são recorrentes nas formulações assimilacionistas, enquanto no polo crítico prevalecem noções como opressão estrutural, regime e desnaturalização. Esse contraste reaparece na *relação com as instituições sociais e políticas*: enquanto alguns discursos defendem a integração das pessoas LGBT+ em instituições como o casamento, a família ou os partidos, outros recusam a própria legitimidade dessas formas, entendendo-as como aparelhos de reprodução da heterossexualidade. A *representação da violência* também é examinada: ora vista como um desvio passível de correção mediante maior aceitação social, ora entendida como um elemento constitutivo do regime heterossexual.

Por fim, os *objetivos do movimento LGBTQ+*, explicitados ou implícitos nos discursos, figuram ainda como dimensão fundamental da grelha. Se, por um lado, há uma busca pela igualdade de direitos dentro do sistema vigente, por outro, encontram-se posições que aspiram a ultrapassar a lógica da inclusão e a confrontar o sistema em sua estrutura.

A utilização desta grelha permitiu mapear as inflexões e ambiguidades presentes nos discursos da COMOP, revelando a coexistência de perspectivas assimilacionistas e críticas, por vezes tensionadas no interior do próprio movimento. Mais do que um simples dispositivo classificatório, a grelha funcionou como lente de análise capaz de iluminar dinâmicas de poder, revelar estratégias discursivas e destacar o alcance político das diferentes formas de nomear e enfrentar a heterossexualidade. Assim, o seu emprego contribuiu para uma compreensão mais precisa das disputas simbólicas que atravessam o ativismo LGBTQ+ contemporâneo e para o esclarecimento das implicações que cada posicionamento acarreta na luta por transformação (ou revolução).

Técnicas de recolha de dados

As entrevistas constituíram um eixo central do trabalho aqui desenvolvido e foram concebidas de modo a articular a dimensão individual das trajetórias com os sentidos coletivos e políticos que emergem da experiência ativista. Optou-se por uma abordagem semiestruturada, de modo a equilibrar a necessidade de comparabilidade entre as narrativas com a abertura a desvios, aprofundamentos e digressões que pudessem enriquecer a análise. A escolha dessa modalidade visou criar um espaço de escuta em que a palavra do ativista não fosse rigidamente encaixada em categorias prévias, mas pudesse ganhar densidade própria, ao mesmo tempo em que permanecia orientada por eixos de investigação definidos.

As entrevistas foram dirigidas a pessoas que participam ou participaram da Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho do Porto (COMOP), dado o seu lugar

estratégico na construção dos discursos públicos da marcha e na mediação entre reivindicações políticas e vivências subjetivas. A opção por entrevistar sujeitos diretamente envolvidos na organização foi tomada a partir da compreensão de que estes atuam simultaneamente como produtores de discursos e como individualidades implicadas nas dinâmicas sociais e políticas que questionam. Tal posição lhes confere um lugar privilegiado para refletir sobre a heterossexualidade, tanto a partir da experiência quotidiana, quanto como algo que pode definir os limites da própria luta.

O guião de entrevista (Anexo 2) foi concebido de modo a contemplar quatro vertentes principais: a relação do entrevistado com a sua identidade; a sua experiência direta em relação à heterossexualidade; a vivência no ativismo e os seus efeitos; e, por fim, as representações e opiniões acerca da heterossexualidade enquanto categoria política. Essa estrutura não foi apresentada rigidamente durante a interação, mas funcionou como fio condutor, permitindo ao entrevistador transitar entre dimensões pessoais e coletivas, entre narrativas de vida e formulações críticas, mantendo um equilíbrio entre espontaneidade e orientação.

A primeira vertente privilegiou o acesso às histórias pessoais de descoberta e afirmação da identidade, explorando momentos marcantes, processos de autodesignação e modos de reconhecimento por parte dos outros. Nesse bloco, o objetivo foi compreender de que maneira os entrevistados se situam perante si próprios e como as experiências de se assumir, ser identificado ou categorizado repercutiram nas suas relações sociais. A segunda vertente concentrou-se na vivência da heterossexualidade a partir da ótica do sujeito LGBTQ+, interrogando formas de convivência, graus de aceitação, limites à expressão e experiências de violência, seja ela implícita ou explícita. A terceira vertente centrou-se no ativismo, buscando compreender os motivos que levaram os entrevistados a se envolver no ativismo, os efeitos dessa escolha sobre os seus círculos de sociabilidade e as transformações que tal envolvimento produziu em suas percepções sobre as relações sociais. Já a quarta e última vertente concentrou-se nas formulações mais diretamente opinativas, solicitando reflexões sobre a heterossexualidade, as formas pelas quais o ativismo

contribui ou pode contribuir para a sua problematização e as perspectivas de futuro em torno da superação da LGBTfobia.

Buscou-se, portanto, a partir do desenho das entrevistas, entrelaçar dimensões pessoais, experiências coletivas e posicionamentos políticos, permitindo que a voz dos ativistas se configurasse como material de análise não apenas na sua dimensão individual, mas na sua potência representativa e discursiva.

Porém, nas entrevistas, a utilização da grelha exigiu uma adaptação metodológica (Anexo 3). Enquanto nos discursos oficiais da COMOP a aplicação se mostrou relativamente direta, uma vez que se tratava de materiais produzidos e divulgados pela própria organização, os enunciados dos ativistas apresentaram-se em duas camadas distintas. De um lado, há um plano *descritivo*, em que a COMOP é caracterizada e avaliada; de outro, emerge um *plano posicional*, em que os entrevistados projetam as suas próprias visões normativas e políticas.

Para lidar com essa duplicidade, cada fala foi duplamente codificada: como imagem da COMOP construída pelos ativistas e como expressão de suas concepções acerca da heterossexualidade, seja entendida como orientação sexual, seja como regime político. A manutenção da mesma grelha (salvas as adaptações), aplicada a ambos os materiais, assegurou a comparabilidade entre discursos institucionais e entrevistas, ao mesmo tempo em que evitou a armadilha de pressupor que os ativistas se alinham automaticamente a uma vertente ou outra. Esse procedimento permitiu que a análise fosse conduzida com maior rigor e neutralidade, captando não apenas convergências e divergências entre os atores, mas também as tensões internas nos próprios depoimentos. Há, por exemplo, casos em que um mesmo entrevistado reconhece práticas assimilacionistas na COMOP, mas simultaneamente reivindica para si uma posição de crítica radical, evidenciando o carácter multifacetado e, por vezes, contraditório do ativismo.

Por outro lado, a pesquisa documental *online* no perfil da COMOP informará a análise ao fornecer as manifestações discursivas em sua forma pública e institucionalizada, com um material que articula dimensões escritas e imagéticas. A

conjugação dessas duas abordagens – as entrevistas e a pesquisa documental online – sob a égide da análise de discurso permite abranger a devida densidade tanto dos discursos individuais quanto de formas institucionalizadas de comunicação, em pé de igualdade. Essa dupla entrada confere à investigação uma dimensão comparativa, tornando possível examinar não apenas as falas em si, mas também os modos como elas circulam, são apropriadas e disputadas em diferentes contextos.

Análise e discussão dos resultados

Os discursos dos ativistas

A análise dos discursos recolhidos a partir das entrevistas aos ativistas revela um ponto de partida comum, ainda que cada trajetória individual crie diferenciações internas: a heterossexualidade aparece simultaneamente como horizonte inescapável da experiência e como regime de normalização que estrutura as possibilidades de existência. O modo como os ativistas entrevistados narram as suas histórias pessoais, os seus encontros com o desejo e a sua inserção em espaços de militância evidencia não se trata, aqui, meramente de vivências privadas e sim de formas sociais vigentes. Ao falar de si, cada entrevistado fala também, inevitavelmente, do mundo que o fala.

Não é fortuito que muitos relatos comecem pela infância ou adolescência, fase na qual se sedimenta a percepção do “ser normal” – e, por outro lado, das próprias “diferenças”. Mario Mieli (2018, p. 4, tradução nossa), na senda do freudianismo, chama a isso “educastração”, o processo em que “a sociedade opera repressivamente sobre as crianças, [...] para erradicar nelas aquelas tendências sexuais congénitas que são consideradas «perversas»”, com o objetivo final de transformá-las “em um adulto heterossexual, eroticamente mutilado e em conformidade com a Norma”. Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024) lembra que a identificação consciente com a *queeridade* “começou bastante tarde no meu desenvolvimento”, descrevendo um longo período de identificação acrítica com o modelo heterossexual. De modo semelhante, Anónimo 2 (entrevista realizada a 20 de Junho de 2024) recorda que, enquanto adolescente, “sentia que estava sempre a esconder uma parte de mim, mas ao mesmo tempo não tinha linguagem para nomear isso”. Estes testemunhos mostram o efeito do que Adrienne Rich (2012) chamou de “heterossexualidade compulsória” – conceito que, no entanto, mereceu a crítica de Louise Turcotte (2022, prefácio), para a qual “falar de «heterossexualidade compulsória» é redundante”.

Contudo, ao mesmo tempo em que a heterossexualidade é relatada como vivência íntima – desejos, relações, constrangimentos familiares –, emerge também como categoria política. Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024) é particularmente explícita neste aspeto: “a heterossexualidade é uma ideologia, é um regime, não é real, mas [...] um conjunto de normas, é toda uma gigante performance do papel social e relacional que o homem cumpre e o papel [...] que a mulher cumpre”. Aqui, a experiência pessoal converte-se em formulação teórica, aproximando-se de e entrelaçando análises críticas como as de Butler (2018), para quem o género e a sexualidade são sobretudo práticas repetitivas, e de Scholz (1996), que lê o patriarcado como forma estrutural inseparável da sociabilidade moderna. A força deste discurso não está apenas no seu conteúdo, mas no deslizamento entre a memória vivida e a enunciação política: da rua ao conceito (e do conceito à rua).

Essa oscilação entre o plano vivido e o plano crítico, porém, dá origem a tensões internas nos discursos. Catex (entrevista realizada a 10 de Maio de 2024) faz uma distinção entre a heterossexualidade “como orientação sexual” e a heterossexualidade “como meio de poder e domínio social” – muito embora reconheça “os pressupostos de cisnormatividade na heterossexualidade”, citando como exemplo a perceção social de que a relação de uma pessoa trans com uma pessoa do “outro” género-sexo não pode ser heterossexual. Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024), por outro lado, relativiza a própria existência da primeira: “eu não vou ao ponto em que diria que não existe alguém que só sinta atração por um sexo, mas acho que isso é meio limitante”. A ambiguidade aqui não é um erro, mas antes a expressão da dificuldade em separar o que a experiência individual apresenta como dado – sentir atração – do que a teoria denuncia como construção normativa. Como nota Rubin (2017), a sexualidade é sempre uma “arena política”, na qual categorias aparentemente naturais são produto de disputas históricas.

Os discursos recolhidos mostram ainda um movimento de deslocamento em relação à crítica radical. Se, por um lado, a formulação de Ceres ecoa a tese de Mario Mieli (2018) sobre a heterossexualidade como forma repressiva da sexualidade polimorfa, por outro, alguns entrevistados refletem sobre as consequências expetáveis

da radicalidade da aniquilação do regime heterossexual. Anónimo 1 (entrevista realizada a 12 de Junho de 2024), por exemplo, reconhece que “falta mais firmeza à COMOP”, mas coloca a possibilidade de uma postura abertamente confrontacional fragilizar a legitimidade do movimento; é colocada, aqui, a preocupação com o seu posicionamento estratégico. Deste modo, o confronto não é reconhecido como estratégia possível, enquanto a assimilação pela opinião pública o é. Como veremos adiante, os discursos dos ativistas são marcados por hesitações quanto à sua relação pessoal com o regime que conscientemente criticam, o que sugere que propostas como esta não são escolhas livres, mas condicionadas por disposições sociais e trajetórias de vida.

De facto, a relação entre trajetória pessoal e posição discursiva é nítida. Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024), cuja experiência com a própria identidade foi marcada por momentos contraditórios no que toca à reação social em diferentes contextos (família, trabalho, escola, rua), tende a formular uma crítica estrutural mais explícita, visível quando afirma: “a heterossexualidade é a bófia, o Panótico do que é ou não é uma relação aceitável”. Enquanto, por exemplo, no seio familiar, a sua transição de género foi recebida com uma atitude de aceitação, reconhece que, no passado, sentiu constrangimentos à sua expressão a partir de comentários da mãe:

Em certa altura, a minha mãe disse “se fores gay é *okay*, mas que não seja muito público... Ela disse isso mais, tipo, mais pela sociedade, por não querer que eu fosse espancada na rua. [...] Imagina, foi com boas intenções, mas o efeito foi o mesmo, foi pôr uma tampa no que poderia ter sido uma exploração da minha identidade” (ibid.).

Ao mesmo tempo, a aceitação da sua transição pela família convive com constrangimentos em outros contextos: Ceres relata “olhares esquisitos dos vizinhos” e, ao andar na rua, olhares de “estranhamento” e, por vezes, de “agressividade”, pelo que prefere estar sempre acompanhada de alguém e evita falar ao telemóvel em transportes quando está sozinha. Ainda na escola, “no quinto ou sexto ano, [...] levava

com coisas, tipo, «paneleiro», «andas sempre com as gajas», «sentas-te de uma forma feminina».” (ibid.).

É notável também o modo como as contradições emergem na própria linguagem dos entrevistados. O tom por vezes hesitante – “não era um ambiente homofóbico, mas também não era positivo, *I guess*” (Ceres, entrevista realizada a 23 de Maio de 2024); “eu sentia isso [referindo-se a um desejo bissexual] e só não percebia” (ibid.); “os meus pais são tranquilos e não são” (Catex, entrevista realizada a 10 de Maio de 2024), “os meus pais [...] são homofóbicos *closeted*” (ibid.) – mostra como a consciência não se apresenta como sistema coerente, mas como campo de disputas. O não-dito e os desvios são parte do nosso material de análise, uma vez que sinalizam ambiguidades que estão inscritas na violência de um regime que obriga a falar com a sua gramática, com os seus códigos. Em certo sentido, pode-se apontar nesses discursos uma “constelação” adorniana em seu duplo sentido – como discurso ideológico e como estranhamento em relação a este mesmo discurso:

Adorno utiliza por vezes a palavra «constelação» para designar configurações [...] historicamente dadas, isto, é ideológicas, já familiarizadas [...] [ou] como um dispositivo com o potencial de ser revertido, de modo algo análogo ao efeito de distanciamento brechtiano (V-Effekt), contra tais familiarizações [...]. E, como veremos, as inversões «antitéticas» de significado da palavra são elas próprias índices do caráter «dialético» da crítica imanente de Adorno. Poder-se-ia dizer que esses significados «antitéticos» – «constelação» como síntese ideológica inconsciente versus «constelação» como estranhamento produtor de consciência; «constelação» como objeto de crítica, ou como sujeito desta – constituem em si mesmos uma espécie de constelação que implica ou codifica, oculta ou desfamiliariza uma narrativa: a do projeto clássico do Iluminismo, resumido por Freud na fórmula «tornar consciente o inconsciente»”. (Helmling, 2003)

Outro entrevistado (Anónimo 1, entrevista realizada a 12 de Junho de 2024), introduz uma nuance crítica que revela a interiorização da norma:

Eu próprio, às vezes, apanho-me a pensar em moldes hétero, mesmo depois de anos a militar. Tipo, imagino uma relação e, sem querer, ponho logo papéis de masculino e feminino. E isso irrita-me, porque sei que estou a reproduzir aquilo que critico.

Este excerto ilumina a força do *habitus*. A “autocrítica” deste ativista não é um dado isolado, mas a manifestação de como a codificação heterossexual persiste apesar da vontade. Pierre Bourdieu (1983) já assinalava que o *habitus* opera de modo subterrâneo, reconduzindo os sujeitos a esquemas incorporados, mesmo quando estes tentam resistir. Aqui, a heterossexualidade funciona como dispositivo de repetição, que se infiltra mesmo no discurso militante e antinormativo. Se quisermos, podemos, neste seguimento, aproximar-nos de uma sociologia bourdieusiana: as nuances discursivas não são acidentais, antes exprimindo o modo como as disposições moldam a forma do discurso. As inserções no espaço social e a construção do *habitus* não determinam mecanicamente as ideias, mas orientam os estilos de fala, as ênfases e as possibilidades discursivas. Ao mesmo tempo, confirmam a pertinência de uma análise que articula vivência subjetiva e crítica estrutural.

A linguagem dos ativistas é marcada por figuras de linguagem que procuram dar forma a uma experiência difusa. Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024) formula de maneira contundente: “A heterossexualidade é a bófia, o Panóptico do que é ou não uma relação aceitável”. A enumeração produz uma acumulação semântica interessante: de um lado, o panóptico foucaultiano (Foucault, 1999a), como vigilância difusa e internalizada; de outro, a “bófia”, metáfora de uma coerção direta e policial. Essa superposição revela como a heterossexualidade é percebida ao mesmo tempo como dispositivo disciplinar e como força repressiva explícita. O discurso, aqui, descreve a norma em sua ubiquidade, multiplicando imagens para transmitir a sensação de onipresença. Outro ativista, a partir de um posicionamento diferenciado, igualmente usa recursos estilísticos para lhe dar forma: “Acho que tem de se fazer as duas coisas: continuar a bater à porta do Estado, para garantir cenas básicas, e também não perder de vista que o problema não é só esse. O problema é mais fundo, está no sistema” (Anónimo 1, entrevista realizada a 12 de Junho de 2024).

A referência à “porta” sintetiza a relação com o Estado, representado como algo externo, ao qual se tem acesso apenas mediante insistência (“bater à porta”). Esta formulação revela uma consciência da insuficiência das conquistas institucionais, mas, sobretudo, de um sentimento de subserviência que a luta pela via institucional representa, por mais que se as defenda como uma medida necessária, em um nível imediato. Aqui, repete-se um traço que, como vimos, atravessa os discursos: o movimento pendular entre radicalidade e pragmatismo. Catex (entrevista realizada a 10 de Maio de 2024) sintetiza essa ambiguidade ao afirmar que “A COMOP quer tornar a luta LGBT mais palatável”. A metáfora culinária (“palatável”) remete a um processo de suavização, de digestibilidade para os poderes instituídos. A crítica faz ecoar a denúncia mieliana da neutralização institucional da luta (Prearo, 2018, introdução, p. xvii):

Mieli compreendia a lógica do capitalismo não apenas como um poder repressivo que nega o desejo homossexual, mas como uma máquina capaz de metabolizar todas as experiências que ultrapassam a norma heterossexual e de as recodificar no mercado, graças aos «partidos de esquerda no Parlamento [que] se especializam em canalizar todas as iniciativas revolucionárias para a burguesia». Segundo ele, a emancipação formal e legal, ou seja, a emancipação política, «é uma coisa estranha: quanto mais dela se obtém, mais vazias ficam as mãos. Na realidade, ela esvai-se, mas permanece codificada em leis abstratas, apaziguando a consciência dos opressores burgueses e concedendo reconhecimento jurídico à vida triste (e à morte miserável) das bichas históricas».

Outro ativista (Anónimo 2, entrevista realizada a 20 de Junho de 2024) aborda a esterilização das potencialidades da luta LGBT+ quando esta se limita ao reconhecimento estatal, expressando a sua preocupação com o lugar daqueles que não querem ou não podem conformar:

Quando vais pedir apoio ou tentar aprovar qualquer medida, a lógica é sempre provar que somos iguais aos héteros, de uma forma ou de outra, tás a ver? É

sempre mostrar que também temos famílias, também casamos, também somos, sei lá, contribuintes (risos). Mas e quem não quer nada disso? Ou só não pode... Essa gente fica para trás. Por mais que se diga, tipo, «estamos todos juntos».

A conclusão – “essa gente fica para trás” – expõe o custo dessa estratégia de luta, trazendo à tona a relevância de debates que teóricas como Lisa Duggan (2002) formularam no conceito de “homonormatividade”: a incorporação de algumas formas de vida LGBTQ+ em moldes aceitáveis, em detrimento das existências dissidentes. Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024), que vai ao ponto de declarar que “a COMOP apela ao regime da heterossexualidade”, em sua própria entrevista, confirma a adequação da via institucional apenas a um certo grupo de pessoas: “O ângulo assimilacionista só vai até certo ponto. É de facto uma aceitação, mas acaba por ser meio limitante e acaba por alienar pessoas que não são tão assimilacionistas”. Em outro momento, afirma também que “O movimento LGBTQ que existe socialmente, tipo o projeto político da COMOP, vai mudar relações sociais porque as vai tornar mais permissivas, mas, com isso dito, acho que vai ser sempre pautado pelos moldes da heterossexualidade”. Esta via, portanto, produz efeitos, mas entre estes efeitos está a alienação das parcelas mais marginalizadas da população LGBTQ+

A dualidade de alguns discursos no que respeita aos caminhos possíveis da luta, portanto, é sintomática: a formulação crítica pode ser intelectualmente precisa, mas, de uma certa perspetiva, política e socialmente arriscada. A radicalidade aparece ora como desejo, ora como ameaça — desejo de rutura, mas risco de isolamento. E o mesmo pode ser dito do reformismo, em que salvar estratos mais privilegiados periga condenar outros. Mesmo Ceres (ibid.), apesar de seu discurso incisivo, ao elaborar sobre a capacidade assimilativa da heterossexualidade, reconhece o conforto que é visto nesta alternativa:

Existe uma tendência do regime, o regime da heterossexualidade, de tentar voltar a trazer as relações homossexuais para o leque, através de, tipo, a imposição de normas sociais, do tipo, «ah, mas quem é que veste as calças em

casa», «quem é que trabalha, quem é que fica em casa a tomar conta dos filhos», mesmo a dinâmica toda do *top* ou *bottom* é só a heterossexualidade de novo. E eu entendo o impulso para querer ser assimilado nisso, porque a outra opção é seres excluído e ostracizado da sociedade e, como ser *queer* não é necessariamente revolucionário, eu não culpo ninguém por o fazer.

Um dos ativistas (Anónimo 1, entrevista realizada a 12 de Junho de 2024) exprime a dimensão afetiva desse conflito no âmbito da militância LGBTQ+: “Cansa. É um peso mental... isso gasta energia. Não é só estar a lutar contra lá fora, é cá dentro também. Há sempre discussões, mal-entendidos, e às vezes fico a pensar se vale a pena”.

É possível sugerir, assim, que a tensão que marca os discursos dos ativistas, implicitamente ou abertamente discutida, corresponde, em maior escala, às disputas internas ao movimento LGBTQ+. Para além dos posicionamentos declarados, as oscilações condicionadas pelas trajetórias de vida individuais dos ativistas, aqui apresentadas em forma germinal, transportam-se, coletivamente, para o palco de lutas políticas, dividido entre a assimilação e a intransigência. A extrapolação analítica dos relatos individuais a formulações políticas não pretende substituir uma pela outra, atribuindo-lhes valorizações diferenciadas; o estudo compreensivo e sensível das entrevistas permite notar que, mesmo nos momentos mais teoricamente elaborados dos discursos dos ativistas, a heterossexualidade não surge como conceito estável, aparecendo antes, alternadamente, como vivência íntima, como regime político e como enigma, o que revela tanto a força da norma heterossexual como a sua precariedade – a existência contraditória que a caracteriza.

Os discursos institucionais da COMOP

O perfil de Instagram da Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho do Porto (COMOP) permite entrever um campo discursivo amplo, com entradas que se aproximam, pelo menos à primeira vista, ora ao eixo da heterossexualidade como

orientação sexual, ora ao da heterossexualidade como regime político, no que toca à sua representação da heterossexualidade, o que, em uma leitura rápida, parece constituir um discurso contraditório ou, quiçá, saturado de ambivalências. Porém, com uma abordagem mais atenta ao texto institucional, os aparentes timbres de radicalidade, no contexto geral, dissolvem-se como espetáculo e como contenção. Isto é, o que o perfil apresenta como radicalidade ou insurgência não se sustenta de forma linear, antes operando como performance sobre pano de fundo de uma política substancialmente institucional.

Desde logo, é facilmente apreensível a relação com o Estado como eixo estruturante do discurso político-estratégico. Uma publicação de maio de 2023, que celebra a iluminação da Câmara Municipal com as cores do arco-íris, exemplifica essa tensão: “Esta é uma ação oficial que a COMOP valoriza e enaltece”, mas, a seguir, lamenta que “a COMOP e as suas organizações e associações constituintes não receberam qualquer convite oficial da Câmara Municipal do Porto para participar ou organizar este ato”. A declaração revela o paradoxo do reconhecimento institucional: a “visibilidade” é concedida, mas a capacidade de decidir permanece fora do alcance do movimento – enquanto este continua, de forma irrevogável, a apelar à institucionalidade. Como continua o texto:

A COMOP considera essencial que quaisquer iniciativas relacionadas com a representatividade e os direitos da comunidade LGBTI+ sejam coordenadas diretamente com as entidades legitimamente envolvidas e reconhecidas localmente. Além disso, enfatizamos a importância de um convite oficial por parte do Município para a reunião agendada para o dia 17 de maio, assegurando assim uma colaboração transparente e eficaz entre a Câmara e a COMOP, em prol de avanços significativos nas questões de igualdade e da justiça social. (Publicação de Maio de 2023)

Este gesto benevolente da Câmara Municipal do Porto funciona como paternalismo simbólico; a política LGBT+ torna-se convidada a assistir à própria celebração, mas não a estruturá-la. Fraser (2003) permite identificar este fenómeno

como uma forma de reconhecimento administrado: a inclusão formal oferece visibilidade, à custa da autodeterminação do que ou de quem passa a ser “visto”. Podemos sintetizar o problema, em termos foucaultianos, apontando na visibilidade uma armadilha. No caso da COMOP, a aceitação deste reconhecimento formal não produz emancipação; produz integração subordinada, e a radicalidade discursiva é domesticada. A exaltação do hasteamento da bandeira LGBT+ pelas Juntas de Freguesia do Bonfim e de Campanhã demonstra que não se trata de um caso isolado:

Hoje, percebemos que há também um caminho de diálogo e de celebração. Desta forma, reconhecemos o papel da Junta de Freguesia do Bonfim ao declarar oficialmente e publicamente o seu apoio a esta causa e ao valor da dignidade humana. No mesmo dia, às 12h, a Junta de Freguesia de Campanhã também irá hastear uma bandeira arco-íris. Saudamos igualmente Campanhã, pela coragem de assumir um compromisso sério com a causa LGBTQIA+. Estes atos simbólicos contribuem para uma sociedade mais justa e mais respeitadora da diversidade. Nesta luta, não há espaço para distanciamento político e a freguesias do Bonfim e Campanhã garantiram, a nosso ver, a sua proximidade, tomando uma posição oficial comprometida com declaração universal dos direitos humanos. (Publicação de Maio de 2022)

Aqui, a gratidão às Juntas de Freguesia dá lugar à afirmação de um “caminho de diálogo” e, ainda mais, à condenação do “distanciamento político”. Qualquer carácter estrutural da heterossexualidade permanece incógnito numa conclusão política que vê “progresso” na inclusão da *queeridade* nos discursos das instâncias do poder de Estado.

Este posicionamento, como veremos adiante, é frequentemente ingrato. A exemplo de Junho de 2023 (isto é, um mês após o aceno à Câmara Municipal do Porto pela projeção do arco-íris no seu edifício), que abarca várias publicações acerca do Arraial + Orgulhoso, festival beneficente que ocorre tradicionalmente após todas as edições da Marcha do Orgulho do Porto. Em 2023, ano da 18ª edição da Marcha, a COMOP viu o financiamento do Arraial rejeitado pela Câmara do Porto, mesmo após a

contraproposta de um repasse de valor mais baixo. Já o local habitual de realização do festival – o Largo Amor de Perdição, no centro da cidade – foi negado pela Câmara e transferido para a Alameda das Fontainhas, um arruamento geograficamente mais marginal do Porto. Este espaço, no entanto, foi posteriormente também negado, mediante a sugestão do Parque Municipal do Covelo, ainda mais remoto. A atitude da institucionalidade em relação ao maior representante do movimento LGBTQ+ no Porto rende da Organização da Marcha um comentário desiludido: “Somos assim tão insignificantes?” (Publicação de Junho de 2023). Para reagir às circunstâncias, declarou a COMOP, os seus “ativistas [...] organizaram-se para fazer iniciativas de promoção da marcha e de angariação de fundos para o arraial” e foi anunciada uma petição para “exigir ao município a realização do arraial no centro da cidade, longe da invisibilidade” (ibid.). Enquanto é verdade que a Organização da Marcha não cedeu sem resistência à negligência e às imposições da Câmara, também é possível sublinhar o recurso à petição, uma forma essencialmente institucional, e o próprio discurso baseado em apelos, que assinala a persistência de uma posição de subserviência, mesmo que relativa, à institucionalidade. A mundivisão otimista da COMOP diante deste cenário é sumariada em uma frase, na mesma publicação: “*O Porto é uma cidade diversa e inclusiva*, e exigimos que as nossas autoridades ajam de acordo com esses princípios” (ibid., *itálico nosso*).

Outro desencanto deu-se em Junho de 2024, na altura da 19ª edição da Marcha, quando o Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública (PSP) exigiu um aumento exponencial, em relação aos anos anteriores, do valor do policiamento gratificado para a garantia da segurança do arraial – no contexto, diga-se, do crescimento da extrema-direita: “Num estado democrático e de direito, a garantia da proteção das pessoas em face de ameaças por parte de grupos de ódio é de responsabilidade desse mesmo estado (...). O que isto significa é que estas pessoas não só estão a ser vítimas de ameaças, como estão a ser cortadas no seu direito à manifestação” (Publicação de Junho de 2024). Aqui, a dependência em relação ao Estado é reafirmada: “A segurança de todas as pessoas deve ser garantida pelo Estado e não pelas pessoas e organizações alvo das ameaças” e “o direito à segurança e à vida

é da responsabilidade de quem delibera sobre as nossas vidas, o Estado Português” (ibid.). A denúncia da situação pela COMOP, muito embora firme, nestes termos, apenas reproduz as suas próprias condições de possibilidade. Na edição anterior (18ª) da Marcha, em contraste, foi dedicado um “Obrigade às forças de segurança pela proteção do povo” (Publicação de Julho de 2023).

A heterossexualidade, enquanto norma estruturante, permanece invisível, permeando o discurso de forma fantasmática: ela assombra – o seu espectro a manifestar-se nos problemas colocados pelo texto institucional da COMOP –, mas jamais é nomeada. Os antagonismos são deslocados para o fascismo ou o conservadorismo, a negligência ou o desinteresse, criando uma narrativa plural, mas que dilui o eixo central da crítica – a própria normatividade heterossexual –, atribuindo a responsabilidade a motivos circunstanciais, como se os empecilhos pudessem ser contrariados pela “vontade” política.

A identificação entre o 25 de Abril e a luta LGBTQ+ constitui outro exemplo de ambivalência crítica. Publicações de 2024 repetem imagens do cravo entrelaçado à bandeira arco-íris, acompanhadas de *slogans* como “Junho tem sabor a Abril!” e “De cravo na mão, somos liberdade e revolução!” (Publicação de Março de 2024). Este gesto reivindica continuidade histórica e desloca o imaginário *queer* para o campo da genealogia revolucionária portuguesa. Contudo, a operação simbólica corre o risco de estetizar a luta: o cravo e o arco-íris transformam-se em ícones gráficos, circuláveis e facilmente assimiláveis em sua união, incorrendo no risco de amenizar contradições, como aquelas a que Cascais (2006, p. 110) se refere quando afirma que, em Portugal, com o 25 de Abril, “a simples criação de liberdades formais, jurídico-políticas, de associação e de expressão” não foram suficientes “para o surgimento de movimentos [LGBT+] autónomos duradouros, pelos quais teria que esperar-se ainda cerca de duas décadas”, na medida em que

As primeiras manifestações de um movimento homossexual embrionário são fruto da iniciativa de escassas pessoas individuais, que se identificam decididamente com a(s) esquerda(s), mas dissociadas das organizações

partidárias e sindicais em cujo interior as identidades e as reivindicações dos homossexuais não encontram qualquer receptividade nem, consequentemente, possibilidade de expressão. Ter-lhes-ia sido sempre completamente impossível, como foi, inflectir a seu favor a dinâmica interventiva das forças da esquerda que paternalistamente lhes menosprezavam os conteúdos reivindicativos ou lhes recusavam mesmo quaisquer formas de afirmação autónoma. As esquerdas conservaram em larga medida características arcaizantes moldadas no decurso de uma longa oposição a um regime ditatorial cuja acção se pautava, ela própria, pela manutenção programática do quadro de atraso estrutural do país e do seu papel de intermediação, enquanto potência colonial, no âmbito das relações mundiais. (Cascais, 2006, p. 112)

Existem, todavia, momentos em que o alinhamento à institucionalidade é pontualmente rompido. O convite ao Bloco pela Palestina, integrado na 19ª edição da Marcha do Orgulho do Porto, ilustra essa abertura: “Nenhuma libertação *queer* pode ser alcançada através do colonialismo de ocupação (...). Não seremos instrumentos de *pinkwashing*” (Publicação de Junho de 2024). Esta posição denuncia a apropriação do movimento LGBTQ+ pela razão estatal, e constitui lampejo de compreensão da relação com o Estado – embora o Estado de Israel, com a violência explícita do genocídio em curso do povo palestino, ofusque a verdade sobre a violência da forma-estado em geral – e, por conseguinte, de apreensão da totalidade. Uma publicação mais antiga, também denunciatória do genocídio palestino e do *pinkwashing* sionista, reconhece

uma crescente apropriação do movimento LGBTQI+ por parte de empresas, instituições e países que não nos representam nem tão pouco são impulsionadores de direitos para todas as pessoas LGBTQI+. A nossa luta não é uma desculpa anual para mudar os logos de empresas para o símbolo de arco-íris. As mudanças que reivindicamos são estruturais e implicam necessariamente uma visão crítica ao capitalismo selvagem que explora a classe trabalhadora, as mulheres, as pessoas racializadas e as pessoas *queer* de maneira desigual. Não nos revemos em tentativas de *gentrificação queer*-

friendly, em lucros abismais *rainbow* nem em encobrimento genocidas *with pride*. (Publicação de Junho de 2023)

Pode-se destacar, também, o compromisso político da COMOP com a independência financeira em relação ao mercado:

A Marcha do Orgulho do Porto é construída sem o apoio de grandes empresas e organizações, pois acreditamos que nossa causa não está à venda. Assim, os custos de produção são garantidos a partir de donativos, arrecadações e vendas de produtos. (Publicação de Março de 2024)

No entanto, estes momentos são excepcionais precisamente por tratarem o problema em causa como uma excecionalidade, tendo dele, por conseguinte, uma compreensão truncada, e não induzem uma reflexão que leve a uma crítica fundamental – fica-se, logo, pela denúncia isolada, circunstancial.

Posto isto, no geral, o discurso institucional da COMOP, em suma, é caracterizado, em um nível superficial, por uma ambiguidade insolúvel, celebrando “revolução” enquanto se inscreve na lógica institucional, o que torna os apelos à radicalidade irrefletidos e incoerentes – pouco apelativos, no fundo. Resta disso uma denúncia sempre hesitante dos poderes constituídos, que atribui as adversidades ao plano contingente da decisão política, recaindo-se numa luta que se restringe aos limites do Estado, baseada na colocação de reivindicações perante este, e que se apresenta repetidamente como traiçoeira. Neste panorama de luta, vocacionado para valores como a “inclusão” e a “aceitação”, não há espaço para a apreensão da heterossexualidade como regime político.

É neste entre-lugar, que já é um lugar em si, que se lê tanto a eficácia quanto os limites do projeto político da COMOP. As contradições não são meramente discursivas; atravessam a prática coletiva, definem fronteiras entre radicalidade simbólica e incapacidade de rutura material, e ilustram, de forma exemplar, a precariedade da política LGBT+ quando mediada pelos dispositivos da institucionalidade. O movimento opera num limiar capaz de apontar fissuras, mas insuficiente para transformá-las em rutura estrutural, por entendê-las como meros defeitos a serem corrigidos sobre a

mesma superfície. É exatamente neste limiar que se joga a tensão mais interessante e reveladora da COMOP, onde se medem a força organizativa e a fragilidade crítica da política LGBTQ+ contemporânea.

Ativistas e COMOP: um confronto em torno da heterossexualidade

A aproximação comparativa entre os discursos dos ativistas entrevistados e o discurso institucional da Comissão Organizativa da Marcha do Orgulho do Porto não se reduz a um jogo de coincidências e diferenças pontuais. O que emerge, antes, é uma espécie de espelho distorcido: a mesma superfície temática – luta, orgulho, memória, opressão – devolve imagens assimétricas, dissonantes. A disputa dá-se no plano dos conteúdos, mas igualmente no modo como se enuncia, na gramática discursiva que cada lugar ocupa: o da instituição e o do sujeito singular, situado na sua trajetória social.

De início, encontramos, entre a COMOP, no seu perfil institucional, e os ativistas entrevistados um terreno comum: a denúncia da LGBTQfobia. Ambos reconhecem o caráter estrutural da opressão sobre pessoas LGBTQ+. A tonalidade do discurso é diversa, na medida em que, no Instagram da COMOP, a violência surge geralmente representada em chave genérica, através de *slogans* ou *hashtags*, enquanto os entrevistados, por sua vez, situam a violência numa dimensão muito concreta, encarnada. A esta desconformidade podemos atribuir, certamente, a inserção no espaço social dos diferentes atores: a COMOP discursa enquanto organização ou coletivo; os ativistas discursam sobre as suas vivências e trajetórias pessoais. Trata-se de uma diferença que remete diretamente ao lugar de enunciação. O discurso institucional da COMOP pode ser autojustificado pela lógica da representação: fala em nome de um coletivo, precisa articular reivindicações que sejam audíveis para o Estado, para os partidos, para a opinião pública. Daí o recurso reiterado a uma linguagem de consenso e inclusão. Os ativistas, ao contrário, falam a partir de si, da experiência vivida, o que lhes permite – ou, então, o que torna para eles inevitável – evidenciar contradições, tensões, afetos que a organização tende a abafar.

Não obstante, é inegável que materialidade da experiência quotidiana destoa do tom institucional, cuja generalidade tende a suavizar o peso visceral da violência.

Porém, a cisão é mais profunda. No discurso dos ativistas, há uma recusa explícita da heterossexualidade enquanto regime normativo. Esta formulação ecoa, de modo quase espontâneo, a crítica mieliana: a heterossexualidade aparece aqui não só como uma orientação entre outras, mas como um dispositivo compulsório que reprime a “perversidade polimórfica” do Eros, a imaginação. Já no caso da COMOP, mesmo quando denuncia a LGBTfobia, mantém-se a matriz convivencialista: o ideal da coexistência pacífica de “orientações sexuais” distintas, como se cada uma fosse um dado natural, equivalente. A dimensão política da fissura discursiva, portanto, assim se apresenta: enquanto a COMOP constrói uma imagem de aceitação e inclusão, enfatizando a pertença simbólica a um “nós” democrático, os ativistas insistem na persistência do estigma e do ressentimento social. A distância faz lembrar a normalização castradora criticada por Mieli (2018), um processo de assimilação (pessoal e política) em que o “desvio” se torna aceitável apenas porque já não ameaça a ordem heterossexual.

Esta divergência traduz concepções distintas de transformação social. Para a organização, os avanços jurídicos e as ações simbólicas são conquistas dignas de celebração; para os sujeitos entrevistados, estas “conquistas” são raramente dignas menção, enquanto o foco permanece no programa máximo: “O papel ideal do movimento LGBT seria ter a heterossexualidade como inimiga, do estilo aniquilá-la, idealmente. Se não isso, então dizer «vocês é que se têm que dobrar perante nós, não nós a vocês»” (Ceres, entrevista realizada a 23 de Maio de 2024) – uma vez que a integração não é desejada, pois significa redição à norma.

Apesar disso, é notável que alguns ativistas reconheçam utilidade no discurso institucional, pelo menos como ponto de partida. “Eu sei que os *posts* da COMOP são, tipo, básicos, mas servem, por exemplo, para partilhar com a minha tia, que percebe melhor assim do que se eu lhe falar, *I don’t know*, de capitalismo ou patriarcado” (Anónimo 1, entrevista realizada a 12 de Junho de 2024). Aqui vemos um paradoxo

curioso: o discurso institucional, ao reduzir a complexidade, cumpre a função de mediação pedagógica, mas ao mesmo tempo corre o risco de cristalizar a luta num horizonte estreito, de aceitação sem rutura.

O contraste entre o discurso institucional da COMOP e as vozes dos ativistas marca um abismo entre formas de conceber o que está em jogo quando falamos de sexualidade, violência e emancipação. O que para a COMOP aparece como um campo de orientações sexuais diversas – cuja coexistência pacífica em princípio é somente estorvada por uma causa ou outra ou, quando muito, pela “heteronormatividade”, que é, assim, desacoplada da heterossexualidade –, para os ativistas surge como regime de dominação, inscrito no coração da ordem social vigente. Não se trata, pois, de um simples debate sobre formas de reconhecimento ou inclusão, mas de uma disputa acerca da própria gramática política da sexualidade.

No discurso da COMOP, como vimos, a heterossexualidade não é nomeada — o que, paradoxalmente, reforça o seu caráter (intrinsecamente) normativo. Em uma política do “respeito”, uma sociedade onde todas as “orientações” têm lugar é um pressuposto. Assim, apesar da ausência da sua nomeação, a heterossexualidade aparece, de forma mundana, como uma dessas orientações e, fantasmagoricamente, para amaldiçoar tal política com uma eterna história de avanços e retrocessos.

Essa escolha discursiva, que igualiza categorias incomensuráveis sob o signo da diversidade, produz o efeito de ocultar a assimetria constitutiva: só há “orientações” múltiplas porque uma delas – a heterossexualidade – é a norma sexual que as excrementou. Não por acaso, a intenção inclusiva da COMOP com a celebração de “todos os amores” (Publicação de Abril de 2022) acaba por dissolver as relações de opressão na neutralidade abstrata da emoção universal. O objetivo político da visibilidade da diferença, conjugada com a “acidental” invisibilidade da norma, assemelha-se à “vontade do saber” moderna (Foucault, 1999b), em que a diferença é produzida pelo discurso.

É precisamente aí que se abre a fratura com os discursos ativistas. Estes não apenas nomeiam a heterossexualidade, como a pensam enquanto regime político,

como estrutura organizadora da totalidade social (e não apenas da sexualidade). Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024), por exemplo, identifica a heterossexualidade como um conjunto de normas sociais que definem os papéis de género das pessoas

tanto em relações de amizade, quanto românticas, quanto até mesmo sozinhas perante a sociedade, tipo, perante o trabalho, perante a faculdade, etecetera... Eu sinto que coisas como o patriarcado são pautadas por dinâmicas heterossexuais, o que não quer que não haja, por exemplo, bué sexismo e patriarcado em relações homossexuais, especialmente entre homens gays, mas isto são tons de heterossexualidade a sangrar para relações homossexuais, são pessoas que nasceram num regime heterossexual, que nunca desconstruíram essa merda e, como tal, espelham o que aprenderam na heterossexualidade na sua relação homossexual, o que é o pior que podes fazer, estás a destruir uma coisa tão bela...

E se, para a COMOP, a fonte da violência reside em excrescências sociais (“o preconceito”, “a intolerância”, “o ódio”), para os ativistas a violência é constitutiva do regime heterossexual. Não é um desvio moral, mas o modo de funcionamento de uma ordem que se mantém através da exclusão e marginalização de outras formas da sexualidade – que sucede, aliás, à categorização da(s) diferença(s) a partir da mutilação do Eros, isto é, das tendências polimórficas (Mieli, 2018). É o que Mario Mieli (ibid.) já escrevia: a heterossexualidade não existe sem a marginalização simultânea dos “outros”, isto é, sem a produção sistemática do desvio – o que se denota na sensação de “outrificação” relatada pelos entrevistados.

Dessa diferença na identificação da fonte decorrem divergências quanto às soluções imaginadas. A COMOP aposta na integração, em mais visibilidade e aceitação, nos recursos já legitimados da cidadania liberal. A sua política de representação assume a frente institucional como a única, com campanhas, petições, apelos, diálogo, intervenções junto ao poder político, participação cerimónias públicas. Já os ativistas entrevistados assinalam o limite dessa via: inclusão sem transformação é apenas

gestão da norma. O alvo não é simplesmente a intolerância social, mas o próprio contrato heterossexual (Wittig, 2022), que define o gênero e os seus “papéis”, organiza a reprodução familiar e sustenta o patriarcado capitalista, como refletiu Ceres na fala supracitada.

A própria linguagem utilizada reforça esse antagonismo. A COMOP tem como fundamentos discursivos conceitos consensuais – orgulho, igualdade, respeito –, cuidadosamente polidos para não comprometer a relação com os parceiros institucionais, enquanto referências à opressão são circunstanciais, situando-se na superfície. Trata-se, essencialmente, de um vocabulário de harmonia, mesmo em situações confronto e denúncia do poder político. Já os discursos dos ativistas são mais ativamente estruturados por categorias dissonantes: regime, violência, ideologia. O seu léxico é menos reconfortante, mas mais analítico, porque se ocupa de estruturar as suas vivências. Tal diferença lexical não é trivial, mas está ligada a modos distintos de se relacionar com o poder. A COMOP procura legitimar-se perante institucionalidade política; os ativistas, por sua vez, assumindo um confronto aberto com a sociedade tal como ela é, não expressam esta preocupação – ocupam um lugar tenso, frequentemente marginal, e fazem da própria marginalidade uma posição crítica. Como opina um dos ativistas:

A COMOP é demasiado preocupada com a opinião pública e a opinião do Estado [...], ao ponto que me chocou no ano passado terem feito o Arraial sem permissão [da Câmara Municipal do Porto], porque isso foi uma discussão grande lá dentro, tava-se a considerar, mesmo, não fazer isso... Eu acho que foi algo mais espontâneo e talvez, se tivesse sido mais planeado, a COMOP não teria feito isso. (Anónimo 2, entrevista realizada a 20 de Junho de 2024)

A COMOP, por outro lado, pretende justificar as vidas de pessoas LGBT+ ao garantir que “Somos pessoas valiosas, com contribuições significativas para a sociedade”, pelo que “merecemos ser tratades com respeito e dignidade” (Publicação de Junho de 2023).

Como abordamos introdutoriamente, é sobretudo na representação da violência que o contraste se torna mais nítido. Para a COMOP, a opressão sobre pessoas LGBT+ é reconhecida em geral, mas a violência é evocada em imagens abstratas: o “ódio”, o “*bullying*”, a “intolerância”. Formas mais concretas dessa opressão são, de facto, abordadas, porém por ocasião, em publicações como a da convocação para a manifestação nacional Casas Para Viver (Publicação de Março de 2023) – em que é mencionada a violência contra pessoas LGBT+ no ambiente doméstico, a precarização do trabalho e a dificuldade no acesso à habitação –, a da aprovação da proibição das “práticas de conversão sexual” pelo Parlamento português (Publicação de Abril de 2023) – em que se entra em mais detalhe sobre as causas e os efeitos dessas práticas – e as das ações de solidariedade com pessoas LGBT+ de outros países – em que denuncia ações estatais contra estas, como o ataque jurídico às famílias homoafetivas em Itália, noticiado em uma publicação de Março de 2023. Nos discursos dos ativistas, ao contrário, a violência tem um papel mais constante: famílias que controlam filhos, agressões simbólicas, verbais e a possibilidade de agressões físicas na rua, afastamentos reiterados da vida comum. Aqui, a violência deixa de ser anomalia e se revela como forma normalizada de manutenção do regime heterossexual, remetendo à ideia agambeniana de um “estado” de exceção permanente (Agamben, 2007).

Diante desse quadro, pode-se mesmo argumentar que a divergência entre COMOP e ativistas não se resume a graus diferentes de radicalidade, mas traduz um conflito entre duas formas inconciliáveis de apreensão da realidade que antevê uma possível fragmentação no campo das lutas LGBT+ contemporâneas em Portugal. Os objetivos de cada lado apontam em direções distintas. A COMOP projeta um futuro de inclusão, em que todas as orientações convivem sob a promessa de igualdade formal. Trata-se de um horizonte que, na sua própria modéstia, revela o limite: o reconhecimento da diferença não questiona a norma que estrutura o campo, que cria a própria diferença. Já os ativistas vislumbram um horizonte mais disruptivo: não a normalização, mas a superação da norma – ou, até, das condições que tornam a norma possível, como quando Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024) relaciona a

heterossexualidade com o “modo de produção capitalista”. A questão, para eles, não é apenas tornar outras formas de expressão da sexualidade visíveis, mas dissolver a heterossexualidade enquanto regime político e, com ela, a própria alteridade.

Conclusões

Abrir uma investigação com a afirmação de que a heterossexualidade pode – e deve – ser pensada para além da sua aparência imediata de "orientação sexual" é um gesto metodologicamente e politicamente arriscado. Este trabalho partiu assumidamente desse gesto: levar a sério a hipótese mieliana de que a heterossexualidade, enquanto forma social, não é uma categoria neutra entre outras no interior de tal paradigma, mas um regime que organiza a subjetividade, as instituições sociais e as relações de dominação; e, paralelamente, testar empiricamente até que ponto esta leitura encontra eco – ainda que implícito ou fragmentário – nos discursos do movimento LGBTQ+ português contemporâneo. A investigação, em suma, teve como tarefa mapear posicionamentos e proclamações, contextualizando-os no seu espaço social, a fim de tentar perceber se e como o movimento problematiza a própria condição que está na base da sua marginalização.

A pergunta que guiou o trabalho foi simples no enunciado e inquietante nas implicações: que aproximações discursivas do movimento LGBTQ+ português à crítica da heterossexualidade se podem identificar, e em que formas (explícitas, implícitas, contraditórias)? Para responder a essa pergunta construímos um procedimento qualitativo centrado na análise de discurso, articulando duas frentes empíricas complementares: (i) *uma pesquisa documental das comunicações institucionais da Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBTQI+ do Porto (COMOP) no Instagram* – o corpo de textos, imagens e performatividades públicas que a organização produz e cultiva, através da publicitação na rede social; e (ii) *entrevistas semiestruturadas com ativistas que participam ou participaram da COMOP* – vozes individuais, situadas, que trazem memórias, frustrações e representações críticas que frequentemente não cabem nem se diluem facilmente em enunciados institucionais. O recorte temporal das publicações (2022–2024) e a seleção intencional dos entrevistados procuraram capturar tanto o momento público do movimento LGBTQ+ quanto as disputas internas que o antecedem e atravessam.

Do ponto de vista analítico, a investigação adotou uma grelha construída a partir de um eixo teórico explícito: a oposição heurística entre (A) *heterossexualidade enquanto orientação sexual* – leitura assimilacionista que reduz o problema à LGBTfobia e aposta na integração nas instituições existentes – e (B) *heterossexualidade enquanto regime político* — leitura radical que vê na heterossexualidade uma ontologia normativa, implicada na reprodução do capitalismo e das suas formas de dissociação-valor descritas por Roswitha Scholz e Robert Kurz, teóricos provenientes da tradição da *Wertkritik* e críticos da forma-sujeito constitutiva da modernidade. Essa grelha, composta por sete dimensões (da conceção da heterossexualidade à representação da violência, chegando às soluções propostas e às relações com as instituições), não foi uma moldura arbitrária: é ancorada por referências teóricas que justificam, epistemologicamente, a escolha dos eixos e das variáveis de leitura. Em termos sucintos: Mieli (2018) oferece a urgência teórica da distinção de caminhos para o movimento LGBT+ (assimilar *versus* superar o sistema político da heterossexualidade, normalizar ou transcender a normalidade, reforma ou revolução); a crítica da dissociação-valor, com Kurz e Scholz, permite enquadrar a heterossexualidade como elemento formador do sujeito moderno e, enquanto tal, como forma fetichista da sociedade do valor, assim como compreender a dimensão do não-sujeito, as formas de expressão dissociadas e excluídas do falso universalismo daquela sociedade, e a definição sexual desta dimensão, o que permite situar os discursos sobre a sexualidade no capitalismo e apontar o seu papel na reprodução social. A grelha é, portanto, um dispositivo hermenêutico informado por um conjunto de hipóteses teóricas que cruzam estudos de sexualidade e a crítica do sujeito moderno. A teoria dá corpo à escolha metodológica para dar resposta aos objetivos da investigação, que implicam olhar para os discursos produzidos pelo movimento e ler essas produções à luz das formas sociais que as tornam possíveis e das recusas que nelas se abrigam.

Importa sublinhar uma decisão metodológica crucial na análise das entrevistas: a grelha foi aplicada em duas modalidades complementares — um plano descritivo (destinado aos discursos dos ativistas sobre a COMOP) e um plano posicional

(destinado às posições e nuances nos discursos dos próprios ativistas). Esta separação permite situar os dados recolhidos nos diferentes eixos – heterossexualidade como orientação sexual e heterossexualidade como regime político – sem presunções apriorísticas, uma vez que o discurso dos ativistas pode conter tanto aproximações aos discursos institucionais quanto ruturas, tensões, resistências e imprevisibilidades em relação a estes. A escolha por essa dupla fisionomia analítica – descritiva e posicional – foi também motivada por premissas empíricas: as entrevistas, quando lidas verticalmente (cada relato isolado) e horizontalmente (comparativamente entre si), revelaram diferenças internas de tom, vocabulário e alcance crítico que uma leitura única e homogénea não conseguiria apreender.

Do ponto de vista material da investigação, a conjugação dos dois recortes permitiu três operações interpretativas essenciais: (1) *identificar convergências de superfície* (por exemplo, a denúncia explícita da LGBTfobia) que atravessam tanto o discurso institucional quanto as falas individuais; (2) *detetar dissonâncias internas* (quando as práticas organizacionais entram em contradição com certos enunciados políticos, ou quando a crítica radical é interrompida por momentos de hesitação pessoais); e (3) *localizar os antagonismos* entre os discursos de ambos os atores coletivos assumidos como alvo do estudo, a COMOP e os ativistas.

Finalmente, importa explicar um traço prático-metodológico que orientou o tratamento dos dados: a análise não se limitou à contabilização de proposições (quantas postagens declaram "inclusão", quantas entrevistas invocam "regime"), mas procurou seguir o movimento das enunciações — como elas se afirmam, como se protegem por estratégias retóricas, os silêncios ou silenciamentos que as compõem e como se traduzem em práticas, individuais ou institucionais. Além disso, foi uma análise centrada tanto na forma (recursos visuais, *hashtags*, lemas, vocabulário, hesitações, figuras de linguagem) quanto na intencionalidade (atitudes, posicionamentos, queixas, estratégias de repercussão) dos discursos.

O que segue, agora, neste capítulo de conclusão não pretende ser uma mera recapitulação das etapas anteriores, mas, simultaneamente, uma retomada e um salto

teórico-críticos: retomar os objetivos da investigação, articular os resultados com o corpo teórico em um nível maior de abstração e comentar implicações analíticas e políticas do que foi encontrado. Nas seções seguintes retomaremos as leituras que o dispositivo analítico permitiu desenhar. A retomada crítica que aqui principia quer concentrar-se no que é realmente decisivo para a investigação: mostrar em que medida o movimento LGBT+ português – aqui em seu recorte em torno da Marcha do Orgulho LGBTI+ do Porto –, tal como se manifesta em suas formas públicas e em suas vozes internas, contém elementos que permitem pensar a sua luta para além dos problemas do paradigma da *heterossexualidade como orientação sexual*, da LGBTfobia isolada ou da “heteronormatividade” e entender o seu potencial de *ruptura ontológica* (Kurz, 2004) com a forma do sujeito que fundamenta a ordem social vigente.

O sujeito moderno como heterossexual

Se a análise dos discursos – institucionais e ativistas – expôs os limites e as possibilidades do movimento LGBT+ português, é agora necessário dar um passo maior: reinscrever tais tensões, acentuadas pelo confronto metodológico-analítico dos eixos da *heterossexualidade como orientação sexual e como regime político*, no horizonte mais amplo da crítica do sujeito moderno. A questão não é apenas sociológica, no sentido restrito, mas ontológica no interior da modernidade capitalista: trata-se de entender como a heterossexualidade não é um detalhe contingente das formações sociais sobre as quais a sociologia se debruça, mas uma parte integrante da codificação da subjetividade dessas formações.

Robert Kurz (2002) enquadra o sujeito moderno como efeito da autonomização fetichista das categorias sociais capitalistas – o valor, o trabalho, o dinheiro, o Estado –, nomeando-o sujeito do valor. Ao caracterizar o Iluminismo enquanto fundador filosófico da modernidade, descreveu-o como “essencialmente, uma ideologia de auto-quebra e auto-sujeição dos indivíduos ao imperativo objetivado da «segunda natureza», segundo os critérios do movimento espontâneo da forma do valor (valorização do valor) autonomizada relativamente a eles”.

Esse sujeito, que se imagina livre e autónomo, é na verdade uma figura histórica específica. Scholz (2011) revoluciona esta perspetiva ao apontar o “sexo” desse sujeito, isto é, a sua definição estruturalmente masculina, derivada da sua oposição à esfera dissociada do valor, a esfera do cuidado, da reprodução, da sensibilidade, da emocionalidade. A esfera do valor, assim, se constitui na negação e “expulsão” daquilo que não pode ser subsumido pela sua lógica, a do trabalho abstrato, que é portanto relegado ao “feminino”. Logo, se a história do mundo, na filosofia autorreferencial do Iluminismo, é a história do sujeito moderno, os “outros”, os “não-sujeitos”, são reduzidos aos seus objetos, “escombros” ou “sombras” (Kurz, 2002):

A relação de dissociação, enquanto relação geral paradoxal da socialização do valor, implica, portanto, a universalidade não verdadeira, formal, no seio da esfera do valor e, ao mesmo tempo, a definição sexual dos momentos dissociados e excluídos, de modo que o sujeito verdadeiro e pleno da forma do valor acaba por ser definido como masculino. Assim, também o sujeito da história, ou seja, o portador do «progresso histórico» e da ontologia que «vem a si», é em princípio masculino, ao passo que o momento do não-sujeito, que compulsivamente continua natural e por isso sem história, é considerado feminino, por força de uma suposta determinação biológica.

No entanto, ao afirmar-se como sujeito, o próprio indivíduo é cindido: não são simplesmente pessoas que são “distribuídas” entre as esferas do valor e da dissociação, mas o próprio ser. Na sua adequação aos imperativos da forma-valor, que é a sua própria constituição, o sujeito se mutila:

[...] esta forma da «livre vontade» é ela própria essencial e irredutivelmente objetiva, não coincidindo, nessa medida, com a «liberdade» de escolher uma alternativa. Trata-se apenas da «livre escolha» no seio do universo das mercadorias, em função da capacidade de pagamento e jurídica do indivíduo, que nem sequer existe como ser humano fora destes critérios. Com isso, o livre sujeito do valor é um objeto para si, a si mesmo se objetivando como ser

empírico, despedaçado no conceito, na ética kantiana de uma verdadeiramente monstruosa auto-violação do indivíduo real, segundo os critérios da forma vazia de uma «lei em geral». (Kurz, 2002)

A ideia de separação de si mesmo aqui presente lembra a descrição do processo de educastração por Mieli (2018), em que a formação do adulto heterossexual corresponde à sua mutilação erótica. De facto, a dissociação não incide apenas sobre as questões ligadas ao género, mas também, por exemplo, à sexualidade:

a socialização do valor «trabalha» com o poder, como nenhuma formação anterior a ela, para adequar de facto completamente ao seu próprio conceito a totalidade do mundo natural e sensual, incluindo a sexualidade humana; ou seja, para converter a própria natureza num estado ahistórico, de plena compatibilidade com a abstração do valor, nivelando qualquer diferença entre a natureza e a sociedade capitalista (o que constitui um projeto necessariamente votado ao fracasso). (Kurz, 2002)

A heterossexualidade, nessa conjugação, não aparece como mera “opção” ou “orientação” entre outras, mas como um dos requisitos da compulsão (socialmente mediada) do sujeito moderno em afirmar-se. Mieli (2018), por sua vez, já havia intuído esse enraizamento: quando denuncia a heterossexualidade como repressão de uma transsexualidade originária, uma polimorfia sexual e de género, ele não fala apenas da opressão de gays, lésbicas ou pessoas trans, mas de um processo de constituição do sujeito. Podemos relacionar o processo aqui descrito àquilo que Elias (1994) denominou “processo civilizacional”. Também aí encontramos a inscrição de um sujeito que se constitui através da interiorização de constrangimentos, por meio de uma longa aprendizagem de autocontrolo pulsional. No entanto, se em Elias essa disciplina aparece sobretudo como gradual refinamento das formas de sociabilidade, como um progresso ambíguo mas ainda assim inscrito na linearidade histórica da “civilização”, em Kurz a ênfase desloca-se: o que está em jogo não é o simples adestramento das pulsões em nome da convivência social, mas a mutilação da própria

experiência sensível em função da forma-valor. O que Elias trata como racionalização progressiva do comportamento pode, à luz da crítica do valor, ser lido como imposição de uma racionalidade fetichista — uma auto-sujeição estrutural, cuja aparente “interiorização civilizacional” não é senão a inscrição do indivíduo na lógica abstrata do capital. O sujeito civilizado, nesse sentido, é já o sujeito mutilado.

Mesmo Mieli (2018, p. 223), sob influência freudo-marxista, por meio do conceito de sublimação, reconhece esta mutilação erótica como um processo de subordinação ao trabalho: “A civilização é, portanto, vista como tendo reprimido aquelas tendências eróticas que, em seguida, foram definidas como «perversas», a fim de sublimar essa energia libidinal para a esfera económica (e também para a esfera social).”

Aqui reproduz-se, evidentemente, a tese marcusiana em “Eros e a Civilização” segundo a qual

Contra uma sociedade que emprega a sexualidade como um meio para um fim útil, as perversões defendem a sexualidade como um fim em si mesmo; colocam-se, pois, fora do domínio do princípio de desempenho e desafiam os seus próprios alicerces. Estabelecem relações libidinais que a sociedade tem de votar ao ostracismo porque ameaçavam inverter o processo de civilização que fez do organismo um instrumento de trabalho. (Marcuse, 1975, p. 61)

Assim, a partir deste enquadramento, é importante sublinhar que a intenção da presente investigação, ao afirmar o antagonismo entre a heterossexualidade e as formas de expressão sexual consideradas “desviantes”, não é a de reduzir a análise a um simples confronto entre grupos sociais delimitados — “heterossexuais” de um lado, “LGBT+” de outro. Trata-se, antes, de lançar luz sobre a própria tessitura da subjetividade na nossa realidade social. Nesse sentido, a heterossexualidade pode ser pensada como aquilo que Mauss (2003) qualificaria de *facto social total*: um fenómeno que atravessa simultaneamente os domínios jurídico, político, económico, simbólico e afetivo, de modo a constituir o sujeito na sua inteireza. Criticar a heterossexualidade, portanto, é expor como ela age não apenas sobre os “desviantes”, mas sobre a

subjetividade em geral, modulando desejos, formas de reconhecimento e modos de vida. É nesse plano, mais profundo e abrangente, que se inscreve a aposta deste trabalho: mostrar que o antagonismo sexual não é uma disputa particular, mas expressão condensada da lógica social que produz sujeitos conformes à abstração do valor e exclui ou marginaliza, como anomalia, tudo o que escapa a essa medida. As sexualidades “desviantes”, por outro lado, não são meros “modos de vida alternativos”, mas lampejos da falha, irrupção do que não se pôde integrar – facto, aliás, reconhecido em uma das entrevistas: “[...] eu sinto que [...] a homossexualidade não é algo inerentemente revolucionário – são apenas lacunas, falhas que não foram calculadas –, mas acaba por ter o potencial de ser uma quebra” (Ceres, entrevista realizada a 23 de Maio de 2024).

Pode-se dizer, então, que a heterossexualidade é o correlato erótico do trabalho abstrato. Monique Wittig (2022) já havia demonstrado que a heterossexualidade é, antes de tudo, um regime político que institui a dominação masculina, naturalizando a diferença sexual como fundamento daquela. Nessa chave, a cisão entre masculino e feminino reproduz a própria cisão constitutiva da sociedade do valor, projetando no “outro sexo” aquilo que se reprime em si mesmo. O resultado é a figura do homem-heterossexual: sujeito do valor, portador da norma e garante da reprodução do mundo capitalista-patriarcal. Porém, podemos estender à relação entre os heterossexuais e as pessoas LGBTQ+ a compreensão de Scholz sobre a relação de dominação entre os géneros:

[...] ao falar de dominação masculina, não queremos dizer obviamente que o homem se poste ao lado da mulher constantemente de chicote em punho, para fazer valer a sua vontade. No sentido aventado aqui, a dominação baseia-se essencialmente na internalização de normas impostas em termos colectivos e na institucionalização. (Scholz, s.d., citado por Kurz, 2006)

Essa concepção aproxima-se do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1998), entendido como a incorporação de estruturas sociais sob a forma de disposições duráveis que orientam práticas e percepções. Tal como evidenciado nas entrevistas, a

dominação heterossexual manifesta-se de forma direta – em comentários direcionados, olhares vigilantes ou violências explícitas –, mas também de forma impessoal, pela via da auto-subjugação, quando os sujeitos reproduzem as normas em si mesmos. Trata-se, como já lembrara Foucault (1999a), de um poder que circula e se exerce capilarmente, inscrito nos corpos e nos gestos, sem necessidade de um vigilante externo permanente.

O desenvolvimento teórico até aqui feito, em que a heterossexualidade é apresentada como um regime difuso e total, constituidor do sujeito e, como tal, da própria modernidade, permite-nos ler de outra forma os posicionamentos discursivos da COMOP e dos ativistas. Quando a COMOP, por meio das suas enunciações, reduz tacitamente a heterossexualidade a uma orientação sexual, reproduzindo-a enquanto pano de fundo, o que se confirma é a adesão à lógica do sujeito abstrato, universal, que não se reconhece como situado – aparentemente neutro, mas verdadeiramente definido em termos de sexualidade, género e raça. A cidadania, a existência como sujeito de direitos, é reivindicada; pretende-se que esta se alargue, “tolerantemente”, às pessoas LGBT+, ignorando-se a sua determinação heterossexual. Nessa chave, a COMOP inscreve-se numa política de inclusão que, ao invés de subverter a heterossexualidade enquanto regime, a reafirma como horizonte de reconhecimento.

Nesse sentido, a posição da COMOP não escapa ao que Kurz (2004) denuncia como a armadilha de uma universalização secundária do universalismo iluminista, isto é, a tentativa de incluir os excluídos dentro de uma forma que, estruturalmente, se funda na exclusão. Quando a heterossexualidade é naturalizada como pano de fundo e a reivindicação se limita a uma extensão dos direitos de cidadania já instituídos, não se rompe com o fundamento excludente do sujeito moderno, mas apenas se redistribui (defeituosamente) o seu alcance. É justamente o que Kurz (ibid.) desvela na vacuidade de fórmulas como a “modernidade reflexiva” de Ulrich Beck (1997), descrita pelo primeiro como a ideia de uma “modernização da modernidade”, em que a “reflexividade” sobre os “riscos” prometem um autoperfeiçoamento democrático da modernidade – o que não passa de uma tautologia: a democracia só pode democratizar-se infinitamente sem jamais transcender a gramática que a constitui. A

aposta de Beck na “modernidade reflexiva” encontra eco em Giddens (1991), que igualmente concebe a reflexividade como uma capacidade de autoprodução e monitorização constante das práticas sociais. Em ambos os casos, a ênfase recai sobre a possibilidade de a modernidade “aprender” com os seus próprios efeitos colaterais e, ao fazê-lo, democratizar-se, pluralizar-se, corrigir-se. Trata-se, porém, de uma coecção que confunde o desdobramento interno das contradições da forma social com uma suposta abertura emancipatória. A “reflexividade” assim entendida não passa de um modo de renovação imanente do sujeito burguês que, entretanto, jamais rompe com a estrutura fundamental do valor. A reflexividade, ao invés de abrir uma saída, converte-se numa nova camada ideológica de legitimação das ontologias modernas.

Para Scott Lash (2003), porém, a modernidade reflexiva não deve ser lida como um caminho em direção à emancipação ou à democratização, mas como um dispositivo de hiperconsciência e auto-regulação. A reflexividade, em Lash, manifesta-se na constante monitorização dos riscos, das identidades e dos fluxos de informação, impondo ao sujeito uma vigilância permanente sobre si mesmo e sobre o mundo social. Diferentemente da promessa otimista de Beck ou da reflexão orientada para a agência em Giddens, aqui a reflexividade funciona sobretudo como um mecanismo de adaptação ao sistema, reforçando a governamentalidade e a necessidade de desempenho normativo. O sujeito moderno, portanto, não se emancipa; ele aprende a se autocontrolar, a antecipar consequências e a internalizar critérios externos de avaliação, permanecendo nas estruturas de dominação. Lash fornece, assim, outra leitura para compreender como discursos institucionais, como o da COMOP, operam sob aparente abertura e inclusão, enquanto efetivamente reproduzem modos impessoais de subjugação e neutralizam críticas radicais à heterossexualidade como regime político.

Já os ativistas, ao exporem a heterossexualidade como regime, roçam o nervo da crítica do sujeito. É nesse gesto – ainda que fragmentário, hesitante – que os discursos dos ativistas se aproximam de um questionamento ontológico: a que serve jogar de acordo com as regras se o jogo está armado? A limitação da luta à inclusão e à conquista de direitos é representada pelos ativistas como humilhante, ingrata ou

simplesmente inútil – ou, quando útil, custosa: a inclusão de uns em nome da exclusão de outros; a normalização em nome da neutralização do potencial disruptivo das identidades LGBT+... Daí a insistência em denunciar não apenas a violência da LGBTfobia como excrescência, mas o regime silencioso de normalidade que produz as formas de existência divergentes.

A reflexão reiterada sobre a produção da diferença pelo discurso – prática, aliás, reconhecível nos próprios posicionamentos da COMOP, conforme foi abordado no capítulo anterior – remete, inevitavelmente, a Foucault (1999b), que permite perceber como os discursos não apenas descrevem a realidade, mas a produzem, definindo normas, exceções e categorias de normalidade. A distinção entre aquilo que é permitido, tolerado ou sancionado pelo regime heterossexual, por exemplo, não se dá apenas por coerção direta, mas pela operação contínua de dispositivos de saber-poder que tornam certas formas de existência marginalizadas. Nesse sentido, a inserção de Foucault na análise revelou-se uma adição inesperada, considerando que o enquadramento teórico original possuía uma ênfase freudo-marxista (com Mieli, de forte influência marcusiana). O próprio objeto da investigação revelou, no entanto, a importância dessa adição, na medida em que as entrevistas e a pesquisa documental revelaram que a abordagem da produção é tão essencial para situar a diferença na modernidade quanto a da repressão. Foucault, portanto, não substitui, aqui, o freudo-marxismo, mas o complementa, oferecendo um olhar mais detalhado sobre a microfísica do poder e a produção da diferença como elemento constitutivo da subjetividade moderna.

Ao mesmo tempo, não se pode reduzir os discursos dos ativistas ao seu posicionamento crítico ou radical. As entrevistas mostraram conflitos internos, hesitações, momentos em que as falas se aproximam da mesma gramática da luta por direitos da COMOP. Isso revela que a crítica da heterossexualidade como regime político é, também, um campo de disputa, frágil e intermitente, e que os discursos dos ativistas são condicionados por um *habitus* (Bourdieu, 1983) cuja formação não depende apenas das trajetórias individuais, mas também das próprias interações com o movimento LGBT+. Se os discursos da COMOP provam a impossibilidade de uma

política do “bom selvagem” – segundo a qual as pessoas LGBT+ teriam, supostamente, um potencial de subversão inato e seriam, como tal, a imagem do futuro –, esta dimensão dos discursos dos ativistas a confirma. Afinal, como coloca Kurz (2002),

os momentos dissociados, por seu lado, não constituem qualquer «realidade» social, cultural ou psíquica, em que o universalismo abstrato pudesse ser positivamente integrado. Antes o que é dissociado, como dissociado não pode senão estar reduzido e mutilado; a ultrapassagem da relação de dissociação e, com ela, da própria relação de valor, só é possível como ultrapassagem de ambos os lados.

O que se pretende, tampouco, é propor a existência de um antagonismo absoluto entre os ativistas e a COMOP – tarefa, de qualquer modo, igualmente impossível, tendo em vista as antinomias nos discursos de cada um. Assim escreve Mieli sobre as divisões e disputas políticas dos coletivos gays de sua época:

Atualmente, o movimento é composto tanto por homossexuais revolucionários quanto por homossexuais integracionistas; além disso, as atividades dos grupos frequentemente entram em conflito umas com as outras. Mas é justamente através dessas dificuldades e contrastes que o movimento cresce e se transforma dialeticamente. Para além das distinções políticas formais entre uma organização e outra, entre um coletivo e o seguinte, para além das diferenças de interpretação e de conteúdo, o movimento gay como um todo constitui o movimento histórico pela libertação da homossexualidade, mesmo que, por ora, não possa deixar de refletir as contradições e limitações da situação social geral, que é predominantemente contrarrevolucionária. (Mieli, 2018, p. 98, tradução nossa)

Ao encarar o problema nos termos desse confronto dialético, torna-se mais fácil ver as divergências que se formam não apenas enquanto simples dissensos, mas como motores de transformação. As contradições internas ao movimento, se abordadas, e não desprezadas ou ignoradas, podem temporariamente fragmentá-lo, mas podem iniciar processos de crítica e autocrítica que asseguram a própria

representação. Em todo o caso, apesar de quaisquer tentativas de reconciliação forçada, as contradições não desaparecem; persistem e se traduzem em lutas políticas mais ou menos acirradas que, se não renovam as organizações formais hegemônicas, então renovam o movimento real, produzindo novas organizações ou novas formas de organização, possivelmente até aquelas que rejeitam, por princípio, a própria representação.

Reflexões finais do investigador

Ao concluir esta investigação, fica evidente que a questão central do estudo – aferir as aproximações discursivas do movimento LGBTQ+ português à crítica da heterossexualidade, entendida não como mera orientação sexual, mas como um regime político hostil às divergências – deixou de ser um ponto de partida para tornar-se um fio condutor que atravessou a análise dos discursos que serviram de material empírico. A hipótese que sustentou este esforço, de que tal crítica se encontra presente, ainda que latente, nos discursos do movimento, revelou-se substancialmente confirmada. Não se tratou, porém, de uma confirmação simples: a investigação permitiu perceber que esta crítica não emerge sem contradições: tanto os discursos institucionais da COMOP quanto os discursos dos ativistas – onde a crítica é mais acentuada – foram marcados por uma tensão difusa, fragmentária, com inconsistências retóricas e na relação teoria-prática.

As entrevistas com ativistas mostraram, repetidamente, como esta crítica se inscreve na subjetividade, na experiência concreta e na política de quem vive como pessoa LGBTQ+ no regime heterossexual: desde relatos de micro-violências – olhares, comentários, exclusões pontuais – até reflexões sobre a própria utilidade da luta institucional. Em paralelo, a análise do discurso da COMOP evidenciou uma estratégia de assimilação, visibilidade e normalização, em que a heterossexualidade, ao ser invisibilizada enquanto tal, passa ao largo da crítica; ela permanece como pano de fundo ou como categoria neutra, permitindo à organização operar no terreno do direito e da cidadania sem confrontar os seus pressupostos ontológicos. Tal contraste

– entre o ativismo que roça a crítica radical e a institucionalização que suaviza o antagonismo – reflete não apenas divergências táticas, mas diferentes graus de enfrentamento do próprio sujeito da modernidade.

É justamente nesse ponto que a investigação possui um mérito teórico-crítico significativo. Ao integrar a perspectiva freudo-marxista de Mario Mieli com a crítica radical ao sujeito moderno proposta por Robert Kurz e Roswitha Scholz, compreende-se que as concepções sobre a homossexualidade com que o estudo trabalha não só não são arbitrárias, mas também contêm uma possibilidade de elevação do ponto de vista crítico. Se Mieli já se demarca da compreensão da homossexualidade como um dado natural, Kurz e Scholz permitem identificá-la com o sujeito da modernidade, a formação social com a qual a sociologia se confronta. Esta interpretação permitiu visualizar a luta dos ativistas como gesto de insubordinação epistemológica: ao nomear e expor o regime homossexual, eles não apenas reivindicam direitos ou reconhecimento, mas iluminam a lógica profunda que organiza a própria sociabilidade moderna, confrontando o sujeito abstrato falsamente universal.

Os dados coletados permitiram, ademais, responder aos objetivos específicos da investigação de maneira integrada. Foi possível apreender os discursos do movimento, examinar nuances críticas implícitas e explícitas, confrontar os posicionamentos individuais com o discurso institucional, supostamente coletivo, e reconhecer as contradições entre a via institucional e crítica fundamental. Este olhar refinado sobre os pormenores internos do movimento permitiu reconstruir a problematização da homossexualidade de forma mais complexa e relacional, alinhando a prática sociológica com o gesto crítico mais amplo que este estudo propõe.

Em termos de contribuição, a investigação oferece, para o campo do ativismo LGBT+ em Portugal, uma proposta crítica alternativa à forma de luta hegemónica na contemporaneidade, baseada nos horizontes da visibilidade e da inclusão formal. É evidente que esta proposta seria impossível sem as vozes dos *subalternos*, os ativistas aqui entrevistados, que, considerando a via institucional insuficiente para si e para os

seus pares, apresentam um contraponto – um contraponto não assimilável nos moldes das políticas públicas, do Estado, do mercado, nem naqueles do movimento formal, preponderante, subordinado aos imperativos destes. Essas vozes críticas são, no geral, abafadas pelas estruturas às quais não se adequam, “naturalmente”, por força desta inadequação, ou por esforço ativo dos poderes instituídos de tais estruturas. Esta investigação é uma forma de dar-lhes expressão.

A presente tese arrisca na ousadia de questionar o senso comum sobre a sexualidade – não só entre os “normais”, mas no próprio âmbito dos debates LGBT+ – e, mais do que isso, a partir desse questionamento, colocar em causa o lugar da Comissão Organizativa da Marcha do Orgulho LGBTI+ do Porto, enquanto organização formal, como representante hegemónica da luta. Se o paradigma das “orientações sexuais” é considerada *progressista*, em relação a discursos conservadores sobre a sexualidade, e se a COMOP, como suposta representante da luta LGBT+ contemporânea em Portugal, é entendida também como um coletivo *progressista*, este estudo pretende abrir o seguinte precedente crítico: dentro do que se considera difusamente *progressista*, existem contradições – contradições que a perceção da luta progressista como uma “frente ampla” silencia. Mais do que isso, neste caso concreto, as vozes contraditórias revelam a identificação da noção de progresso com as ontologias da modernidade. Afinal, conclui-se que o “progresso social” não se diferencia do progresso exaltado pela ideologia da modernização capitalista: ele é, também, uma máquina de moer gente. A promessa de inclusão incutida nessa lógica, assim, não é emancipatória, e sim reprodutiva.

Para a sociologia do género e da sexualidade, esta investigação fornece reflexões que dialogam com teorias da subjetividade, das relações de dominação e da heteronormatividade (mesmo que por oposição a este conceito), em um elo entre o microsocial das experiências e representações individuais e o macrosocial da organização institucional e da modernidade capitalista. Ao expor a heterossexualidade em si como uma categoria sujeita à crítica, a tese abre caminhos para pensar novas abordagens aos problemas da sexualidade e da LGBTfobia, e a escolha de Mario Mieli como referência teórica para fazê-lo contraria o esquecimento, no contexto português,

comentado por Cascais (2018), da vida e obra do autor italiano – esquecimento traduzido tanto no campo académico quanto no campo do ativismo LGBT+ portugueses. Assim, o presente estudo cumpre a dupla função ideal de ser informado pela realidade das lutas LGBT+ em Portugal e de informar essas mesmas lutas.

Não obstante os seus méritos, a investigação apresenta limitações: a amostra, que antes abrangia também a Marcha do Orgulho de Lisboa, por razões de impossibilidade de deslocação do investigador, ficou reduzida apenas ao Porto, pelo que se trabalhou meramente com uma representação parcial do movimento LGBT+ português; o estudo incidiu sobre somente uma organização principal – o que, embora se justifique, pelo lugar que a COMOP assume como polo agregador do movimento LGBT+ português, acaba por não apresentar outros coletivos organizados que possam ser canalizadores das vozes críticas; a profundidade teórica poderia ser expandida mediante uma discussão bibliograficamente informada do conceito de “heteronormatividade”, que possui amplos desenvolvimentos, com o fim de justificar mais detalhadamente a escolha do próprio investigador em não utilizá-lo.

Estas limitações, por outro lado, apontam caminhos férteis para investigações futuras. É possível explorar, neste enquadramento, o movimento LGBT+ português sob uma perspetiva comparada, geograficamente ou nos termos de um confronto entre coletivos; além disso, pode ser interessante, em um nível microsociológico, acompanhar o quotidiano destes – algumas entrevistas, como a de Catex (realizada a 10 de Maio de 2024), sugerem que, na COMOP, intrigas pessoais têm muitas vezes implicações políticas e se extrapolam para o âmbito organizacional; já Ceres (entrevista realizada a 23 de Maio de 2024) relata a sua experiência em diferentes coletivos (alguns deles críticos à COMOP) cujo funcionamento interno, com as suas conceções e práticas, importa conhecer.

Por fim, o contexto político da temporalidade da investigação pode ter uma relevância ainda inexplorada. Se situarmos a acumulação de forças da extrema-direita, em Portugal e no mundo, na relação de dissociação-valor proposta por Robert Kurz e Roswitha Scholz, compreenderemos a sua ligação com a crise do valor e, como tal, da

masculinidade-heterossexualidade (Posster, 2022). A centralidade programática das questões de género e sexualidade para o fascismo contemporâneo é sintoma da decomposição do sujeito moderno – estruturalmente branco, masculino e heterossexual –, pelo que a ofensiva política anti-LGBT+ atual parece ser menos a reafirmação de uma norma estável do que o pânico de um Eu em colapso. Convém, então, entender se, e em que medida, o surgimento e a proliferação de vozes mais radicais no movimento LGBT+, dissidentes em relação à crença nas instituições de organizações hegemónicas, vêm como efeito deste cenário e como resposta a ele.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2007). *Estado de exceção* (I. D. Poleti, Trad.; 2. ed.). Boitempo.
- Beck, U. (1997). A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (Orgs.), *Modernização reflexiva* (pp. 11–68). Editora da Unesp.
- Bernini, L. (2014). The "post" in the past queer radicalism — In the spirit of Stonewall. *AG About Gender. International Journal of Gender Studies*, 3(6), 175–188.
- Bourdieu, P. (1983). *Sociologia* (R. Ortiz, Org.). Ática.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Cascais, A. F. (2006). Diferentes como só nós: O associativismo GLBT português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. <https://doi.org/10.4000/rccs.868>
- Cascais, A. F. (2018). Revisitar a gaia scienza de Mario Mieli. *e-LCV*, (1), 68–89. <http://hdl.handle.net/10400.2/13605>
- Dean, T. (2009). Foreword – ‘I keep my treasure in my arse’. In M. Mieli, *Towards a gay communism: Elements of homosexual critique* (pp. xx–xx). Pluto Press.
- Duggan, L. (2002). The new homonormativity: The sexual politics of neoliberalism. In R. Castronovo & D. Nelson (Eds.), *Materialising democracy: Towards a revitalized cultural politics* (pp. 175–194). Duke University Press.
- Elias, N. (1994). *O processo civilizador* (Vols. 1–2, R. Jungman, Trad.; 2. ed.; R. J. Ribeiro, Rev. e Apres.). Jorge Zahar.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change* (p. 64). Polity Press.
- Foucault, M. (1999a). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramalheite, Trad.; 20. ed.). Vozes.

- Foucault, M. (1999b). *História da sexualidade: I. A vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trad.; 13. ed.). Graal.
- Fraser, N., & Honneth, A. (2003). *Redistribution or recognition?: A political-philosophical exchange*. Verso.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Editora da Unesp.
- Helmling, S. (2003). Constellation and critique: Adorno's constellation, Benjamin's dialectical image. *Postmodern Culture*, 14. <https://doi.org/10.1353/pmc.2003.0036>
- Kurz, R. (1993). Dominação sem sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora. <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-1993a.pdf>
- Kurz, R. (1998). O duplo Marx. <https://www.marxists.org/portugues/kurz/1998/02/marx.htm>
- Kurz, R. (2002). Razão sangrenta: 20 teses contra o chamado Iluminismo e os "valores ocidentais" (L. Nahodil, Trad.; revisado por B. Antunes). <http://www.obeco-online.org/robertkurz.htm>
- Kurz, R. (2003). Tabula rasa – Até onde é desejável, obrigatório ou lícito que vá a crítica ao Iluminismo? <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2003e.pdf>
- Kurz, R. (2004a). A substância do capital – O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Primeira parte: A qualidade histórico-social negativa da abstração "trabalho". <https://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2018/10/kurz-2004b.pdf>
- Kurz, R. (2004b). A ruptura ontológica: Antes do início de uma outra história mundial (M. B. Lacerda, Trad.). <http://www.obeco-online.org/robertkurz.htm>
- Kurz, R. (2006a). A história como aporia – Teses preliminares para a discussão em torno da historicidade das relações de fetiche (1ª série e 2ª série) (B. Antunes & V. Freitas, Trad.; F. Araújo, Transcrição/HTML). <http://www.obeco-online.org/robertkurz.htm>

Kurz, R. (2009). O livro negro do capitalismo: Um canto de despedida da economia de mercado. Eichborn Verlag. http://www.obeco-online.org/o_livro_negro_do_capitalismo_robert_kurz.pdf

Kurz, R. (2018). Ler Marx!: Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI. http://obeco-online.org/ler_marx.pdf

Lash, S. (2003). Reflexivity as non-linearity. *Theory, Culture & Society*, 20(2), 49–57.

Machado, N. M. C. (2020). O caminho do sacrifício, ou retrato do capital como forma social de fetiche: Repensar a modernidade capitalista à luz das teorias de Marx e da Nova Crítica do Valor (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (Á. Cabral, Trad.; 6. ed.). Zahar.

Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia* (P. Neves, Trad.). Cosac Naify.

Mieli, M. (2018). *Towards a gay communism: Elements of homosexual critique*. Pluto Press.

Posster, K. (2022). A masculinidade é a crise?! Sobre a história e a relação entre a crise latente e manifesta do sujeito burguês e a sua natureza social (de género). http://www.obeco-online.org/kim_posster.htm

Prearo, M. (2018). Introduction. In M. Mieli, *Towards a gay communism: Elements of homosexual critique* (pp. xx–xx). Pluto Press.

Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(5). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>

Rubin, G. (2017). Pensando o sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In G. Rubin, *Políticas do sexo* (pp. 61–128). UBU.

Scholz, R. (1996). O valor é o homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos – CEBRAP*, 45, 15–36.

Scholz, R. (2010). Não digo nada sem a minha alltours: A identidade (masculina) pós-moderna entre a mania da diferenciação e a segurança da teoria marxista vulgar; réplica às críticas à teoria da dissociação-valor. *Revista Exit!: Crise e crítica da sociedade das mercadorias*. http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz14.htm

Scholz, R. (2011). O sexo do capitalismo – Teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do capital. http://www.obeco-online.org/livro_sexo_capitalismo.htm

Turcotte, L. (2022). Mudando de perspectiva [Prefácio]. In M. Wittig, *O pensamento heterossexual* (M. M. Galvão, Trad.; 1. ed.). Autêntica.

Wittig, M. (2022). *O pensamento heterossexual* (M. M. Galvão, Trad.; 1. ed.). Autêntica.

Anexos

Anexo 1. Grelha de análise dos discursos

Dimensão	Heterossexualidade enquanto Orientação Sexual	Heterossexualidade enquanto Regime Político
1. Conceção da Heterossexualidade	Vista como uma orientação sexual natural ou neutra.	Vista como um regime político, estruturalmente marginalizador.
2. Fonte do Problema	LGBTfobia, como um desvio ou excesso que pode ser corrigido.	A própria heterossexualidade, como inerentemente violenta.
3. Solução Proposta	Reformar as instituições para incluir e respeitar as identidades LGBT.	Destruir a heterossexualidade enquanto regime político, revolucionar a sexualidade.
4. Conceitos-chave	Diversidade, respeito, família, inclusão, direitos civis, igualdade, aceitação.	Opressão estrutural, crítica ao normativo, desnaturalização.
5. Relação com Instituições	Apoio à integração nas instituições existentes (família, casamento, partidos etc.).	Crítica ou rejeição das instituições existentes, como reprodutoras do regime heterossexual.
6. Representação da Violência	Violência vista como uma anomalia que pode ser mitigada pela inclusão.	Violência vista como inerente à heterossexualidade.
7. Objetivo do Movimento	Igualdade e aceitação na sociedade.	Transformação radical e desmantelamento do regime sexual vigente.

Anexo 2. Guião das entrevistas

1. Identidade e relações pessoais:

- Como você se identifica em termos de sexualidade e género?
- Pode partilhar um pouco sobre sua trajetória pessoal, destacando momentos significativos em relação à formação da sua identidade, como autodescobertas, transformações etc.?
- Quando começou a se descobrir/passou a se entender como pessoa LGBT?
- Quando passou a ser identificado pelos outros como pessoa LGBT? Precisou “se assumir” ou antes disso já foi categorizado, ou ambas as situações ocorreram? Como foi esse processo?
- O modo como as pessoas ao seu redor o tratavam mudou desde que passou a ser percebido como pessoa LGBT?
- Algo mudou, no modo como as pessoas ao seu redor o tratavam, entre quando era simplesmente identificado pelos outros como pessoa LGBT e quando se assumiu como pessoa LGBT?
- Como tem sido a sua relação com pessoas heterossexuais ao longo da sua vida, como amigos, membros da família, educadores, colegas de escola, faculdade e/ou trabalho?
- Nos seus círculos, sente que é apenas tolerado ou verdadeiramente aceito como pessoa LGBT? Sente que o tratam com a mesma naturalidade que uma pessoa heterossexual?
- Sente que encontra limites à sua expressão enquanto pessoa LGBT em determinados ambientes? Quais seriam esses ambientes e como os descreveria?
- De que maneira a sua identidade, enquanto pessoa LGBT, influencia as suas atividades diárias e interações?
- Se se sentir confortável, fale sobre situações de violência que tenha vivido como pessoa LGBT. Costumam ser mais implícitas ou explícitas? Variam conforme o grupo ou ambiente?

2. Ativismo (vivências e impactos):

- Pode contar um pouco sobre quando, como e por que iniciou a sua jornada no ativismo LGBTQ+?
- Essa iniciativa afetou a forma como você percebe os ambientes e círculos em que se insere? De que modo?
- O seu ativismo impactou as suas relações nestes círculos? Como?

3. Opiniões e representações sobre a heterossexualidade:

- A partir da sua vivência, como você entende a heterossexualidade?
- Esse entendimento está alinhado com as perspectivas dos meios ativistas em que está envolvido?
- A sua experiência no ativismo moldou a sua percepção sobre a heterossexualidade ao longo do tempo? Como?
- Como vê o papel do movimento LGBTQ+ na transformação das relações sociais, especialmente no que toca à heterossexualidade?
- Qual é a sua perspectiva de futuro, enquanto ativista, no que refere à superação da LGBTQfobia?

Anexo 3. Quadro explicativo dos planos descritivo e posicional da grelha de análise

Plano	Descrição
Descritivo	Regista a forma como o ativista descreve ou interpreta as práticas/discursos da COMOP em relação à heterossexualidade e ao movimento LGBT+
Posicional	Regista a posição do ativista face à heterossexualidade e ao movimento LGBT+.

Anexo 4. Formulário de consentimento informado

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Mestrado em Sociologia

Título da investigação: A crítica da heterossexualidade como desejo latente do Movimento LGBT+ português: O caso da Marcha do Orgulho do Porto

Investigador: Leonardo Gabriel (Mestrando em Sociologia)

Orientador: Professor Doutor João Teixeira Lopes

Consentimento informado

Eu, _____, declaro que fui devidamente informado/a/e sobre os objetivos e procedimentos da investigação acima mencionada e aceito participar voluntariamente neste estudo.

A minha participação consistirá na realização de uma entrevista, conduzida pelo investigador. Fui informado/a/e de que a entrevista poderá ser registada em áudio e/ou por escrito, apenas com a finalidade de análise científica.

Estou ciente de que:

- A minha participação é voluntária e posso interrompê-la ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para mim.

- Os dados recolhidos serão tratados de forma estritamente confidencial e a minha identidade não será revelada em momento algum, exceto mediante a minha autorização expressa.

- As informações que eu fornecer poderão ser utilizadas em publicações ou apresentações académicas, sempre de forma anónima e exclusivamente para fins científicos.

- O investigador estará sempre disponível para esclarecer quaisquer dúvidas acerca do estudo.

- Os registos em áudio da entrevista serão guardados em segurança e destruídos após a conclusão da investigação.

Assinatura do/a/e participante: _____

Assinatura do investigador: _____

Data: __/__/__